

ceva deixada como atrativo, e laços pequenos (*nho'i*) para pegar macucos e aves, pelas pernas (SCHADEN, 1974:46).

As armadilhas são dispostas nos locais da mata conhecidos como refúgios ou áreas de alimentação dos animais, como onde há ocorrência de palmeiras (*Jejy ta*), sendo que o *koxi* gosta muito do palmito jussara (*jejy*), e ainda nas proximidades das roças, quando se pretende capturar animais de pequeno e médio porte, atraídos pela presença das plantas cultivadas (MURA & ALMEIDA, 2002).

Os Nandeva plantam espécies que dão frutos comestíveis, como da jacatiara (espécie de mamão do mato, de fruto amargo, muito apreciado pela paca), nas capoeiras próximas às casas, nas roças e nos sistemas agroflorestais, para o adensamento das matas que se encontram em algum estágio de degradação e para “trazer” os bichos para perto e facilitar a caça (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015)⁷⁴.

Os frutos da goiaba quando caem no solo, facilitam a criação de lama que favorece a presença dos animais. Os roçados de mandioca e batata-doce também atraem os animais, sendo comum o uso de armadilhas nas roças.

O porco do mato (*koxi*) é animal sagrado dos Guarani por sua origem em *Nhanderu Reta* (caminho da terra eterna, *ywy marae'y*) e alimento privilegiado dos líderes xamânicos, sendo seu consumo compartilhado na casa de reza (*opy*). Os *koxi* são considerados animais melindrosos que andam em bandos e se reproduzem o ano inteiro, sendo sua caça realizada em qualquer época, diferentemente da paca (*jaixa*) e do quati (*kuaxi*), o qual também anda em bando e é manso.

A área no alto do Morro da Graúna, próximo à única mancha de ocorrência da espécie de taquara *takua'í*, é muito frequentada por varas de porcos, devido à grande umidade, com formação de “barreiros”. Na TI Tekoha Jevy se encontram três tipos de porcos silvestres: o vermelho, o preto (cateto) e o queixada, sendo maior a quantidade deste último tipo (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Outros animais procurados na caça são a capivara (*kapi'yva*) que fica próxima dos rios; a cotia (*akuxi*); o gambá (*mbyku*), o tamanduá (*kaguare*), vários tipos e tamanhos de veado (*guaxu*) e de tatu, como o pequeno de rabo mole (*tauai*); o tatupeba; o tatu *pojú* e o tatu galinha. A anta (*mbore*), por sua vez, escasseia no vale do Rio Pequeno.

A atividade da caça, incluindo a distribuição e o consumo, é submetida a restrições e obrigações, não podendo ser praticada à noite, e tendo que ser garantida a partilha social da

⁷⁴ Entre as árvores frutíferas que os animais gostam se encontram o jenipapo, a carambola e o abacate, o cajá, o coco, o cacau, a graviola, o araticum, a jabuticaba, laranja, a mexerica, a jaca, a banana, a goiaba, o ingá, a pitanga e o caju (Diagnostico Socioambiental, 2015).

presa, principalmente quando for de maiores proporções. Como alimento, a caça não deve ser consumida no mato, nem à noite, não pode ser usada nos rituais de iniciação, na fase de resguardo da mulher, e no tratamento de doenças, diferentemente dos alimentos de origem vegetal. Restrições do uso da carne de caça ocorrem também durante a gravidez.

Conforme o cacique Demécio, os donos do mato (*kaguy'i jará*) castigam as pessoas que desrespeitam as normas, expostas ao perigo do predomínio no sujeito da alma animal (*-jepota*) sobre sua alma divina, recebida como nome-alma no *Ñemongarai*.

Medidas de proteção contra infortúnios são acionadas também em relação às criações do mundo consideradas obras maléficas das quais os Guarani se mantêm afastados, já que não foram feitas para eles, embora povoem o seu mundo (LADEIRA, 1992).

Os Guarani conhecem uma grande variedade de pássaros que diferenciam por tipos e tamanho, como macuco (*inhambu*), trepador puleiro, jacu, *jacuí*, *urui* (galinha do mato), *tuka* (tucano), *tuka parai*, *tuka í*, *japu*, papagaio (*parakau*), arara (*gua'a.*), coruja, gavião (*taguato*), *pixoxó*, colero, trinca ferro, curió, bico de lata, bico de pimenta, sairinha, tié.

Para caçar periquitos, dos quais utilizavam as penas para peças artesanais, os Ñandeva armavam armadilhas com visco de jaca, perto das árvores frutíferas. Com a mesma finalidade realizavam a caça do guacho, pássaro arisco que escolhe como seu “dormitório” o bambuzal. Diante da proibição da comercialização de matérias primas provenientes da fauna silvestre, as famílias Guarani da TI Tekoha Jevy utilizam, para a confecção de artesanato, penas das galinhas e patos.

Entre os macacos, se encontram na mata o macaco prego (*kai*) e o bugio, conhecido como macaco barbado (*karajá*) e ainda outras espécies como lagartos (*teiju*) e muitas cobras - *jararacuçu*, caninana, pico de jaca, jararaca, cobra cipó, coral e cobra verde -, sendo as venenosas tidas como criações maléficas que habitam as florestas.

Cobras e jacaré também habitam lagoas na área em estudo. Os moradores mbya do antigo tekoha referiram sobre a presença na baixada da TI de uma grande lagoa atualmente coberta de vegetação como morada da “cobra grande” (*mboi guaxu*), todavia inofensiva.

Além da alimentação, as caças são aproveitadas para uso ritual, como as penas de aves, as peles, a casca e os dentes para a confecção de artesanato; as gorduras e óleos no preparo de medicamentos que podem ser associados a raízes e plantas.

Demécio e Teófila, detem um vasto conhecimento sobre os poderes terapêuticos de espécies animais e vegetais, repassados pelo *tamoi* Emilio. Entre eles, o rabo mole de tatu (*taturuguai*) com gervão é usado para “*machucadura, pontada, às vezes machuca o braço fica aquele sangue machucado, toma pra curar*” dor de barriga e dor de dente, enquanto o caldo da

carne de tatu é indicado para bronquite; as gorduras de quati, anta e capivara são remédios para bronquite, e ainda possuem propriedades terapêuticas a gordura de lagarto e o veneno de cobra associadas à *sapirangy* (árvore de leite).

Com o manejo das áreas de refúgio e de alimentação dos animais, os Nandeva procuram salvaguardar os locais da reprodução das espécies, ao mesmo tempo em que a diminuta ou suspensão da atividade da caça é adotada como estratégia de preservação da fauna nos ambientes da TI mais ameaçados pelas atividades predatórias de caçadores e palmiteiros clandestinos, inclusive na parte em sobreposição com a UC, administrada pelo PARNA Serra da Bocaina.

As áreas de mata onde se encontram as espécies animais para prática da atividade venatória são de difícil e inseguro acesso para os Nandeva devido à constante presença de caçadores e palmiteiros, sendo frequente encontrar pelas trilhas e caminhos na mata, numerosas armadilhas e ouvir tiros disparados pelas armas dos caçadores. O comércio de aves, como o trinca ferro, é intenso na região.

Trapiche de caçador



Trapiche localizado em área de mata do Tekoha Jevy

Além dos caçadores e palmiteiros, a conservação da fauna e flora das áreas de matas ciliares e das encostas da TI está ameaçada pelo avanço e pressão das ocupações não indígenas incidentes, sendo frequentes as ações de desmatamento por meio de queimadas e com uso de motosserra para fins de venda de madeira e abertura de pastagens, com pisoteio do solo pelo gado bovino.

Nas áreas planas da baixada da TI onde ainda se encontram animais de pequeno porte, a biodiversidade local é afetada também pelo avanço das ocupações não indígenas incidentes entre

os quais, casas de veraneio, empreendimentos comerciais e de turismo rural, com especuladores que alimentam o mercado de terras.

Com a pressão e impactos exercidos por essas ocupações é limitado o acesso dos Nandeva aos ambientes da TI, tradicionalmente ocupados e manejados de forma seletiva e sustentável. A baixa intensidade e/ou a suspensão da prática da caça refletem a grande preocupação dos indígenas com a preservação da biodiversidade desses ambientes cujos recursos são necessários para seu bem estar, sendo imprescindível a posse plena e exclusiva das áreas em questão para a reprodução física e cultural dos Nandeva.

4.2.3. A PESCA

A pesca é atividade econômica constitutiva de um *tekoha*, tanto quanto a agricultura, a caça e a coleta. Os Nandeva têm conhecimentos do tempo de reprodução e localizações das espécies, técnicas de pesca e confecção de instrumentos, sendo o pescado componente importante da dieta indígena.

Comportando o uso e manejo das criações da mata, a pesca implica em pedidos de permissão aos donos/guardiões do rio (*jary*) e das espécies. Para melhorar a produção da pesca, os Nandeva fazem “*simpatia*” que consiste em tirar a casca do peixe, lavá-la no pilão com água, lavar as mãos das crianças, socar a água com a casca e derramar a água na terra bem devagar.

Os peixes de água doce, mais conhecidos e procurados são o bagre (*nhunde-a*), o bagre de cachoeira (*piratyuin*), lambari (*pycã í*), acará, traíra (*tarãý*), tilapia, mandi de cachoeira, além de espécies marinhas que se alimentam na foz dos rios como o robalo e a tartaruga (*carumbé*). A pesca é realizada por homens, mulheres, adultos e crianças, na época dos tempos novos, em qualquer hora do dia e durante as fases da lua nova e minguante, constituindo um momento de recriação da comunidade.

Para peixes pequenos que vivem nos córregos nas proximidades das residências, a técnica da pesca é baseada na linha e anzol (*pinda*), utilizado também amarrado em corda de nylon. A pesca de peixes de maior porte ou em maior quantidade é realizada com tarrafa, barragens e/ou ainda com arco e flecha, veneno de *timbó* extraído do cipó *timbó* coletado na beira do rio Pequeno e com *pari*, confeccionado com taquara *timbó*, coletada nas áreas de mata de encosta próximas aos afluentes do rio.

A pesca com tarrafa ocorre em águas profundas e em condições de subir o curso fluvial; o uso do timbó se faz em lagoas, enquanto as barragens e uso de arco e flecha exigem pontos de correnteza (MURA & ALMEIDA, 2002). Quando os rios e córregos são muito distantes dos lugares das residências, são organizadas expedições em pequenos grupos, com acampamentos próximos dos rios.

Na área em estudo, os Nandeva praticam a pesca principalmente nas áreas mais baixas, nas planícies de inundação e remansos. Esta porção do rio Pequeno que corta a planície costeira, próxima da desembocadura com o mar, é denominada *ytyratãvé*, sendo o verão o período de maior fartura. A escassez do pescado, acarretando serias restrições na dieta alimentar e na prática sociocultural do grupo, foi destacada em várias ocasiões pelos Nandeva que também enfatizam a importância de suas residências serem construídas em áreas de mais fácil acesso aos cursos de águas e seus recursos.

Área de pesca



Corrego na baixada da TI Tekoha Jevy

A franca redução da atividade e da disponibilidade de peixes é devida à drenagem de áreas alagadas e aos impactos na reprodução das espécies provocados pela contaminação das águas do rio, com a intensificação das ocupações incidentes nas principais nascentes do Rio Pequeno, inclusive nas áreas do PARNA Serra da Bocaina e a extração maciça de areia na foz do rio com riscos de comprometer o regime hídrico da planície de inundação do Rio Pequeno.

É forte a preocupação da comunidade Nandeva com esta atividade realizada dentro dos limites da TI, devido à abertura de uma lagoa artificial, que media em 2010 cerca de 5 hectares de lâmina d'água, resultado da dragagem, com sérios riscos de comprometer o regime hídrico da planície de inundação do Rio Pequeno.

Com a degradação das matas ciliares (incluindo as nascentes) e áreas de encostas, houve a diminuição do volume de água do Rio Pequeno e perda de sua qualidade. A aplicação de agrotóxicos nos pastos, mesmo junto às margens do rio, leva à contaminação do recurso hídrico, favorecido pelo escoamento superficial das águas das chuvas, e causando a diminuição da disponibilidade de peixes e problemas de saúde, devido à má qualidade da água, como irritações de pele e distúrbios no trato digestivo (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Os Nandeva relatam sobre despejos de dejetos domésticos provenientes das moradias construídas em áreas do PARNA Serra da Bocaina que chegam a contaminar as águas do rio e a cachoeira próxima das residências e que é utilizada pela comunidade para tomar banho e por fins recreativos. Os indígenas registram ainda, além desses impactos, o período de estiagem em 2014 que contribuiu para ulterior redução no volume de água do Rio Pequeno.

O percurso até as áreas de pesca passa por ocupações não indígenas incidentes nos locais de maior abundância de pescado na TI, importante fator responsável pela diminuição da frequência da atividade da pesca, em função das dificuldades de acesso aos locais.

A situação alarmante da contaminação e diminuição do volume dos cursos de água e seus recursos nos ambientes de pesca da TI é objeto de grande preocupação dos Nandeva cujo pertencimento aos rios fundamenta sua identidade territorial, sendo referência para localização dos aldeamentos e distribuição das unidades domésticas. A posse exclusiva a preservação desses ambientes com seus recursos são imprescindíveis para o bem estar e reprodução física e cultural dos Nandeva.

4.2.4. AS ATIVIDADES DE COLETA

No tekoha de *Jarakei* (Porto Lindo, MS), lugar de origem da família extensa Nandeva do Tekoha Jevy, as atividades de coleta dependiam da existência de ambientes definidos como mato e campo (planície). No mato se colhiam frutos e mel para alimentação e matéria-prima (cera, madeira, cipó, folhagens, etc.) para a construção das casas, para a fabricação de utensílios domésticos e rituais e para a produção de remédios (*pohã ñana*). No campo, se buscavam a matéria-prima para remédios, frutos e cobertura de casas (*sapé*) (MURA e ALMEIDA, 2002).

As atividades de coleta comportam conhecimento apurado da diversidade de espécies, usos, ambientes de ocorrência e finalidades distintas. São realizadas no decorrer das atividades de caça e de pesca e de forma isolada, nos ambientes onde há maior diversidade e abundância

das espécies manejadas em tempos intercalados entre uso, descanso e regeneração, de forma a garantir sua conservação.

A maioria das espécies é de matas que apresentam bom estado de conservação ou encontram-se em estágio avançado de regeneração ao longo das encostas, em locais de maior altitude ou de desnível acentuado, e nas áreas planas e baixadas. Nas áreas de mata da TI há um grande número de espécies pioneiras, com predominância do sapê em algumas áreas, o que dificulta o processo de regeneração espontânea, além de muitas samambaias, camará, cipós e taquaras.

4.2.4.1 FRUTOS, PALMITO E MEL

A atividade de coleta para a alimentação envolve uma diversidade de frutos conhecidos como frutos do mato que representam importante complemento à dieta do grupo, como *ueraá*, *mambucaba*, *gamixam*, *ingá*, *jabuticaba*, *urukureareja* (cambuci), *ariticum*, *bacupari* ou *bacuri*, *jataí* (fruto do jatobá), *maracujáí* (maracujá do mato), *fruto do cipó imbé*, *aguaí*, *araçá*, *jaraká tia*, *ananás* (abacaxi do mato), *brejaúya*. Dessas variedades e espécies, são conhecidas as épocas de frutificação e amadurecimento, com períodos de colheita alternados de modo a ocorrer durante todo o ano.

Os locais de coleta são áreas de vegetação secundária, em estágio inicial e médio de regeneração (*ka'aguy karape'i*), localizados entre os espaços das moradias, as roças e o *ka'aguy ete* "as matas autênticas, primárias e férteis, que guardam plantas medicinais, frutos, cipós e as árvores de porte e devem abrigar todas as espécies vegetais do acervo Guarani" (LADEIRA, 2001:177). Essas áreas ocorrem comumente ao longo das encostas, em locais de maior altitude ou de desnível acentuado.

Os Ñandeva descrevem esses ambientes, respectivamente como mato baixo "*onde dá coqueiro, cipó, karaguatá, pindó kaapé, jataí que é uma palmeira baixinha, o cacho fica no chão mesmo, e dá coquinho, da para comer*", e mato alto "*onde tem madeira alta, cedro, jequitibá, e palmitos que dá muito na terra forte*".

Essas descrições classificatórias dos ambientes e espécies incluem também os tempos de regeneração das matas, como o *tempo longo* das árvores altas do *ka'aguy ete* e o *tempo mais curto* de crescimento do broto das árvores mais baixas do *ka'aguy karape'i*.

Os significados atribuídos a alguns vegetais extraídos na mata superam a finalidade alimentar, como é o caso do *pindo etei* (jerivá) referencial eco-simbólico da concepção de mundo

e da espacialidade indígena. Estas palmeiras representam os suportes do mundo terreno e são referências dos lugares para as formações das moradias, aparecendo constantemente nas narrativas indígenas sobre a criação dos *tekoha*.

Os Ñandeva aproveitam as palmeiras para finalidades alimentares, terapêuticas, para a construção das casas e para artefatos. São conhecidas diversas espécies, sendo as mais importantes na reprodução física e cultural do grupo: *pindó etei* (jerivá) usado também para consumo e construção das casas; *pindoró* (pindova) e guaricanga para cobertura das casas; *jejy* (palmito jussara) para consumo; o tucum e a brejaúva para confecção de artesanato, de lança e arco.

Do fruto maduro (*guapyta*) do palmito jussara é consumida a polpa, a amêndoa dos coquinhos, o palmito, sozinho ou misturado ao mel, ou ainda, cozido conjuntamente com carnes de caça. No caule, as larvas (*yxo*) são comidas fritas na própria gordura e ou com *rora* (farinha de milho). O manejo é feito através da seleção de indivíduos jovens, sendo o palmito jussara pronto para consumo entre os 15 a 20 anos de vida da planta. Para todas as espécies a coleta é seletiva não havendo corte raso na mata. O valor alimentar do palmito é considerável, pois em média 1(um) palmito alimenta três pessoas.

As áreas da TI de ocorrência de palmeiras, denominadas *jejy ta* (palmital) importantes para a sustentação física e cultural do grupo se encontram atualmente reduzidas em decorrência da intensa e persistente extração predatória ilegal para fins de comercialização, sendo o palmito jussara muito valorizado no mercado alimentício. Conforme relatado pelo cacique Demécio “logo quando entrei aqui tinha um monte de palmito aqui, aí entraram (os palmiteiros) e cortaram tudo” (informação verbal, 2008):

Em função do rareamento desse recurso, os índios da TI Tekoha Jejy evitam seu uso e preservam os palmitos jovens encontrados nas áreas próximas às casas das famílias e naquelas destinadas à instalação de roças. Como alternativa, os Ñandeva cultivam o palmito pupunha no entorno de suas moradias, com finalidade alimentares e para comercialização, sendo essa prática mais recente uma importante estratégia de diversificação produtiva, contribuindo ainda, com o plantio de mudas no modo de sistema agroflorestal, para a manutenção das matrizes adultas e para fornecer sementes para o artesanato e para novos plantios (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

A produção e obtenção do mel (*ei*) tem importante significado no modo de vida dos Guarani, especialmente, o da abelha *jatai* considerado criação divina originária destinada ao povo guarani. Esse mel é alimento preferido dos líderes espirituais e representa um recurso de grande valor ritual, terapêutico e alimentar. De sua colmeia se obtém, além do mel, o *yxy* (resina)

e a cera que é utilizada para confecção das velas no *Ñemongarai*, o ritual de nomeação. Mel, cera e resina são importantes recursos que circulam nas redes dos intercâmbios que ocorrem entre as aldeias guarani.

A ocorrência da *jatai* está relacionada com o estado de conservação das florestas, pois é encontrada no *tarumã* e em outras árvores nativas de grande porte no *ka'aguy ete*, em áreas de matas primárias e de matas secundárias em estágio avançado de regeneração, nos topos dos morros em áreas de maior altitude da TI, parte delas em sobreposição com o PARNA Serra da Bocaina. O mel é colhido na mata e, mais recentemente, também por meio de “criações” em caixas de madeira.

Além da *jatai*, importante agente polinizador, na área em estudo se encontram espécies de abelhas do tipo Europa (*ei kavy*), sendo conhecidas também outras espécies como cavoroçá, cachorrinho, amarela, africana, classificadas pelos lugares de ocorrência e pela sua morfologia.

Os Ñandeva zelam para a preservação das árvores de grande porte, onde há ocorrência das abelhas *jatai*, localizadas nas áreas da TI ameaçadas pelo desmatamento decorrente de queimadas para criação de pastos e do uso de motosserra para fins de venda de madeira inclusive na parte em sobreposição com o PARNA Serra da Bocaina, com evidências de falta de fiscalização.

A posse plena e exclusiva dessas áreas da TI é imprescindível para a preservação das matas e de seus recursos, como frutos, palmitos e mel coletados pelos Ñandeva de modo a garantir o manejo sustentável, sendo necessários para reprodução física e cultural e bem estar do grupo.

4.2.4.2. PLANTAS MEDICINAIS E RITUAIS

Plantas e substâncias medicinais junto à dieta alimentar, são utilizadas pela cura de doenças que, por seus sintomas e práticas curativas, se diferenciam daquelas decorrentes da ação de forças naturais ou da feitiçaria, quando é exigido o tratamento xamânico realizado na casa de reza (*opy*) nos rituais de cura.

L. Cadogan (1949: 31) define a primeira como medicina racional diferenciando-a da medicina mística, sendo-lhe peculiares as práticas curativas com plantas medicinais (*pohã ñana*). Por suas propriedades terapêuticas, essas plantas são tidas como dádiva divina destinada ao povo Guarani para se defender dos infortúnios decorrentes da vida na terra. “Essas plantas são de Nhanderu, ele o protetor que planta aqui na terra” (Demécio, informação verbal, 2008).

Demécio e a esposa Teófila, herdeiros dos conhecimentos repassados pelo *avuelo* Emilio, são os principais guardiões e praticantes da fitoterápica indígena. Saberes e práticas, denominadas de *remédios antigos*, são salvaguardados e transmitidos de geração em geração, sendo que alguns indivíduos, por sua dedicação e vocação, se tornarão especialistas neste ramo da medicina indígena.

Entre as inúmeras plantas com finalidade preventivas, se destacam a erva mate (*ka'a*), a água de cedro (*yary*) para lavar a cabeça das meninas ao fim de evitar cefaleias (SCHADEN, 1974:86), e a casca do cedro usada pelas parteiras. O cedro é árvore sagrada dos Guarani, que simboliza a coluna que sustenta a terra (*yvy rupa*); sua madeira é usada na construção da canoa (*apyka*) que transporta as almas no decorrer do ritual do *Ñemongarai* onde também é utilizada sua seiva para benzer as pessoas. Da madeira do cedro é feita também a estrutura da casa de reza (*opy*). O cedro se encontra no *ka'aguy ete*, assim como a maioria das árvores (*yvyra*) que tem finalidades terapêuticas, entre elas, o *aguaí* e o *armike*, do qual se usam também as sementes para fazer colares.

Os Nandeva ainda reconhecem as propriedades medicinais dos ipês (cascas e folhas usadas no tratamento de dores de estômago, da garganta e dos olhos), da figueira (folhas usadas para curar dores de estômago, tosse e bronquite), da bucuva, da espinheira santa, do cipó imbé, da jabuticaba (casca) e da goiaba (broto usado para infecção intestinal).

Plantas com propriedades medicinais, como bananeira, o *peguao* indicado para cura de problemas oftalmológicos, o *piraca á*, com indicações anti-inflamatórias, são cultivadas nas proximidades das casas. *Ardian* (branca e a vermelha) se “usa para ferida na boca, come, mastiga, cozinha e deixa na água” informa a agente indígena de saúde Márcia, filha de Demécio e Teófila, que cultiva plantas medicinais próximas da sua residência.

Na extensa variedade destas plantas apresentada por Demécio e Teófila, se encontram ainda o assa peixe, a ponta da embira e da embaúba; *amba'y* (matmona) como remédio e para artesanato, *jaguá peta*, a folha do dente de leão.

De acordo com o princípio de ação da planta e a doença a ser tratada, são elaborados diferentes preparos, como benzimentos, chás, compressas, banhos, infusões, macerações, pós e óleos. Sobre os tratamentos realizados pelo *avuelo* Emilio que sempre levava consigo a cruz (*kurusu*), Teófila relata benzimentos feitos com folha de banana, de mexerica e água de cachoeira e de nascente.

Algumas plantas têm indicações diferenciadas para homens e para mulheres, como é o caso da folha da *pariparova* usada pelos homens em banhos para infecções da pele e coceiras, e para as mulheres indicada pela higiene no resguardo, em banhos medicinais e em infusão. Os

conhecimentos das parteiras, além do tratamento de doenças que podem ocorrer durante a gravidez, e dos cuidados no parto e no período de resguardo, incluem também as plantas com finalidades anticoncepcionais.

Frequente é a combinação de remédios de origem animal e plantas medicinais que se encontram na beira dos rios, em áreas de matas baixas, como, no caso do gervão utilizado junto à casca ou ao rabo mole de tatu. As espécies vegetais que guardam maior força espiritual ocorrem na beira de rios e comportam na composição do remédio, o uso das águas de nascente e cachoeiras.

Parte das espécies é pioneira, se encontra ao longo de trilhas ou próxima às residências; outras fazem parte da vegetação ciliar, sendo poucas as plantas cultivadas. As espécies mais conhecidas e utilizadas se encontram no *ka'aguy ete*, sendo imprescindível a preservação das áreas da TI Tekoha Jevy onde se encontram estas plantas com propriedades terapêuticas, mas também alimentais e rituais utilizadas pelos Nandeva. A posse plena e exclusiva desses ambientes cuja biodiversidade é ameaçada pela ocorrência de desmatamentos, queimadas e práticas extrativas predatórias, é de fundamental importância para a manutenção do sistema de conhecimentos e práticas da medicina racional, do bem estar da comunidade e da força espiritual de seus líderes e especialistas.

Nessas áreas há ainda ocorrência de plantas ornamentais, como orquídeas e bromélias, sendo significativa a preocupação do grupo com a conservação e manejo sustentado dessas espécies que compõem o bioma local e que são de notório interesse comercial, alvo de práticas predatórias clandestinas.

4.2.4.3. MATÉRIAS-PRIMAS PARA A CONSTRUÇÃO DAS CASAS

A construção das casas é tarefa masculina podendo envolver a colaboração de familiares do mesmo sexo (cunhados, irmãos, filhos). Na técnica de pau a pique são usadas madeiras mais finas que poupam o uso de equipamentos de serraria ou motosserra, em forma de varas, assim como algumas pioneiras como a quaresmeira ou *jacatirão* que se encontram nas áreas de mata secundária em estágio médio e avançado de regeneração.

As madeiras são usadas na construção das paredes e no envergamento do telhado, para o qual também são utilizadas tiras de *timbopeva* e *embira*. Dentre as palhas a preferência é pelo *pindó ete i* e a guaricanga, devido a sua maior durabilidade (3 a 4 anos) em relação ao *pindoró*, que acumula muita água, tendo um tempo mais curto de durabilidade (1 ano). Além da

guaricanga, muito explorada na região nas construções dos caiçaras, é utilizado o sapé “*que nasce numa área que tá bem pobre, a terra tá bem fraca*”, sobretudo na margem direita do rio Pequeno.

Madeiras secas, coletadas nas matas, são utilizadas nos fogões a lenha. Mudanças da *jaguarate i*, consideradas boas para alimentar os fogões, foram plantadas também nas áreas de roça. A coleta das espécies madeireiras, das palhas e o corte são realizados na época da lua minguante.

As áreas de ocorrência das espécies encontram-se nas matas do entorno da área das moradias, sendo o manejo das madeiras realizado por corte seletivo dos espécimes mais jovens, preservando as matrizes adultas, não sendo praticado o corte raso e a abertura de áreas de mata. O manejo sustentado destas espécies ocorre em amplas áreas de mata da TI em bom estado de conservação e diversidade de espécies madeireiras e das palhas, sendo esses ambientes ameaçados pela intensa exploração de palmeiras e guaricanga por parte de regionais, além do avanço do desmatamento com uso de motosserra para venda de madeira, e queimadas para abertura de pastagens, casas de veraneio e investimentos turísticos.

4.2.4.4. MATÉRIAS-PRIMAS PARA CONFECÇÃO DE ARTESANATO

A produção do artesanato envolve conhecimentos e saberes técnicos, e a organização do trabalho, sendo ao mesmo tempo uma atividade produtiva e uma manifestação artística. Destaca-se, no âmbito da economia indígena, como prática de caráter prevalentemente mercantil, representando um marcador de identidade nas relações com os não indígenas.

A comercialização do artesanato é a principal fonte de sustento dos Nandeva do Tekoha Jevy, relacionada à necessidade de diversificação das atividades produtivas frente às condições de confinamento, dificuldades de acesso e ameaças presentes nos ambientes tradicionalmente ocupados para desenvolver a agricultura, a caça e a pesca, além das outras atividades extrativistas.

Os Guarani produzem tradicionalmente peças artesanais para uso interno, como cabos de enxada, machados e tábuas, lanças, arcos e flechas, armadilhas, pulseiras e colares, objetos rituais como o *mbaraka* e o *takuapu*, destinados a alguns (*xamã*) ou a vários indivíduos da comunidade, incluindo homens, mulheres e crianças, e submetido a prescrições e proibições sociais.

A inserção do grupo familiar Ñandeva na produção de artesanato para venda ocorreu ao longo da permanência nas aldeias mbya, em função das difíceis condições do solo para desenvolver a agricultura durante sua estadia na aldeia de Boa Esperança (ES). A atividade voltada para o comércio comportou a incorporação de novos objetos, como o pau-de-chuva, objetos de adorno corporais, tipos de colares e pulseiras.

A produção do artesanato compreende o extrativismo sustentável de matéria prima, a fabricação dos artefatos e sua comercialização principalmente na cidade de Paraty e/ou a venda por encomenda que, no entanto, dificulta a obtenção de lucro por parte dos Ñandeva.

As peças são armazenadas nas residências e no quiosque da casa da cultura, situado na área de moradias da TI, e comercializadas por mulheres em pequenos grupos nas calçadas do Centro Histórico de Paraty, em lojas e em pontos de venda nas ruas do comércio local. A maior parte do dinheiro obtido com a venda do artesanato é revertida na compra de produtos alimentares industrializados.

As peças produzidas para comercialização se destacam pela variedade e criatividade, sendo reconhecida a marca do estilo de seu autor. A produção inclui cestaria (*ajaka*) utilizando diversos tipos de tiras de taquara (*takua*) e *cipó imbé*, corantes naturais ou tingimento artificial, sendo o *takuarusu* usado para o cesto grande. Os motivos ornamentais geométricos são feitos com tiras de embira (*guembepi*) e brejaúva, cujas cordas são utilizadas como alças. Outras peças comercializadas são abanos (*jajepegua reko*) trançados com tiras de taquara (*takuarusu*) e bambu; pau-de-chuva (*vyra piriri*) feitos de embaúba e *takuarusu*; chocalhos ornamentais (*mbaraka miri*) feitos de cabaça e bambu. A embaúba também é usada para esculturas com formas animais de diferentes tamanhos.

As taquaras, nas variedades conhecidas como *takua py*, *takua rusu*, *takua ovy*, *takua ju*, e o *cipó imbé* são coletados por homens que preparam as tiras para as cestas e guardado em rolos usados também para o trançado. A fabricação de leques é atribuição feminina, assim como colares, brincos e pulseiras, enquanto arcos e flechas são produzidos pelos homens. Sementes, tipos de taquara, cipó, objetos (sobretudo colares, brincos, bracelete), informações, inovações e técnicas de fabricação do artesanato, circulam no sistema de troca entre aldeamentos do litoral.

Para uso interno, a madeira da *tarumã*, a árvore com abelha *jatai* serve para fabricar a tábua, enquanto a *katiguá* tem madeira dura que serve pra cabo de enxada e machado; do arbusto trepador se faz o poleiro para caça.

A coleta de matérias-primas para o artesanato é a mais intensiva atividade extrativista dos Ñandeva do Tekoha Jevy, com constante a produção de objetos inseridos no comércio turístico de Paraty (RJ). A coleta é orientada pelo calendário produtivo, sendo a lua minguante apropriada

para se coletar cipós, taquaras, madeiras, palhas, o que evita o ataque de brocas e cupins. Os indígenas também evitam a coleta em períodos de muita precipitação, pois a alta umidade desfavorece o processo de secagem, facilitando a proliferação de insetos e fungos, sendo rápida no caso da *takua py* (taquara fina).

As madeiras como canela e cedro, corantes naturais e as taquaras tem ciclos de reprodução de médio e longo alcance. A cabaça, alguns corantes e sementes são cultivados nas roças familiares. Ainda que a comunidade faça mais uso de tingimento artificial, em função da intensa produção das peças artesanais, são conhecidas e utilizadas de forma menos frequente, salvaguardando os recursos mais escassos, as plantas para tingimento natural como jatobá, urucum, açafrão-da-terra, jenipapo, erva-mate, erva-de-passarinho, mancha vermelha, casca de cebola, manacá, urucurana, picão, quaresmeira, amoreira, goiabeira do mato, e casca de mangueira.

Áreas de ocorrência de determinadas espécies ou zonas onde se encontram com maior abundância, são reconhecidas como *ilhas de recursos* que representam reservas naturais manejadas pelos Nandeva de forma a evitar seu esgotamento. A coleta é realizada na alternância de diferentes áreas de manejo e descanso, permitindo a regeneração espontânea da vegetação. O manejo é seletivo não havendo corte raso de vegetação. Para manter o sistema de manejo e a alternância de áreas de coleta e descanso, os Nandeva ocupam extensas áreas de floresta, permitindo o uso alternado dos recursos manejados, dos pontos de coleta e das ilhas de recursos.

Ilhas de recursos do *cipó imbé* ou *uambé* se encontram nas margens dos rios classificados como *ueambé pita* (lugar de cipó imbé) e do *takua py*, nos topos dos morros, em extensões de áreas denominadas *takua ta* (taquaral). A coleta ocorre durante o ano inteiro e é praticada em especial nas áreas de remanso do rio Pequeno, em áreas de clareiras na mata em regeneração, já que muitas das espécies coletadas são pioneiras, como cipós, brejaúva e taquaras, constituindo a base da produção artesanal do grupo. No caso da embaúba há grande disponibilidade na região nas porções da vegetação em regeneração, se tratando de espécie pioneira que apresenta elevado potencial de rebrota (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Algumas espécies se tornaram escassas, como o caso da *embira* e do *cipó imbé*, usado nos trançados dos artesanatos, e que ocorre na mata e nas margens e áreas de remanso do Rio Pequeno e seus afluentes. É o caso também da taquara usada na cestaria artesanal, que ocorre em áreas mais altas e tem ciclo de rebrota de 7 anos, formando touceiras ocupando grandes extensões, denominadas *takua ty* ou taquaral. Essas áreas de floresta em estágio avançado estão localizadas nos topos dos morros, cotas acima de 300m e nas encostas montanhosas da TI Tekoha Jevy.

“As sementes que ocorrem na região, não têm na mata da aldeia, ocorrem na beira da cachoeira e na beira da estrada. Sementes de feijão do mato, que dá na beira do rio é um cipó que sobe na árvore. Semente só produz uma vez por ano. Sementes nativas são cipós que nascem em áreas abertas já desmatadas. O trançado de chocalho e arco são de cipó imbé que não tem na mata da aldeia. Cipó imbé encontra na mata do Bosco (ocupante não indígena de área incidente na TI) e nas duas margens do Rio pequeno, é uma planta muito importante para nós.” (Jorge, informação verbal, 2008).

A maioria das sementes se encontra na beira da cachoeira e na beira da estrada, em especial nas áreas de remanso do Rio Pequeno e áreas de clareiras na mata em regeneração. Como informa o Diagnóstico Socioambiental (2015) os Nandeva desenvolveram plantios de espécies vegetais para obtenção de sementes utilizadas em adornos, como a saboneteira, a juerama (também conhecida como leucena) e a *mbo'y akitã* (conhecida como lágrima de nossa senhora).

O rareamento e as dificuldades de acesso aos recursos necessários para a coleta das matérias-primas para confecção de artesanato em função das ocupações não indígenas incidentes nos ambientes da TI são uma grande preocupação dos Nandeva impactando na manutenção de seu calendário ecológico e econômico, com os ciclos da lua que orientam os períodos de coleta e o tratamento do material coletado.

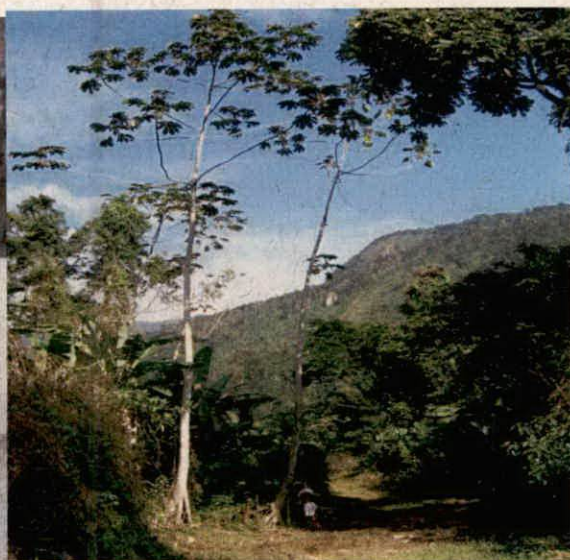
As ações de desmatamento e degradação ambiental para extração predatória de madeira, para abertura de pastos e de demais imóveis rurais se alastram nas áreas tradicionalmente ocupadas pelos Nandeva, impedindo o manejo sustentável dos recursos nas zonas de ocorrência, sendo sua preservação imprescindível para reprodução física e cultural da família extensa do Tekoha Jevy.

Arretano

Matérias-primas para artesanato



Cipó imbe



Imbaúba

Para a produção do artesanato, para as demais atividades extrativas, para a agricultura e para os mais diversos domínios da produção da vida do tekoha, os Ñandeva ocupam tradicionalmente áreas de mata, de planície e cursos de água, sendo estes ambientes com seus recursos de fundamental importância material e simbólica e imprescindível para os indígenas viverem na terra segundo seu modo de ser.

4.3. AS ÁREAS IMPRESCINDÍVEIS PARA A REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL DOS ÑANDEVA: USO DO SOLO E UNIDADES AMBIENTAIS DA TERRA INDÍGENA TEKOKHA JEVY

A relação osmótica com a terra e de pertencimento dos Ñandeva ao rio pelo qual se orientam espacialmente em sua organização e forma tradicional de ocupação abarca as matas e todos os demais ambientes com seus recursos e seres vivos tidos pelos indígenas como condições imprescindíveis para constituição de um *tekoha*, para desenvolver o modo de vida guarani.

Rio Pequeno



Corpos de água

A presença de edificações de pedra e formações rochosas nesses lugares fortalece sua identificação como espaço sagrado ocupado pelos antepassados que conseguiram atingir a perfeição (*aguije*) e a terra da eternidade (*yvy marãey*), tornando-se imortais e ajudando a reger a vida nesta terra (LADEIRA, 2001:138). Nesse lugar, portanto, pelas suas condições ecológicas, geográficas e simbólicas pode se estabelecer o *tekoha pora*, como lugar eleito para manutenção e reprodução do modo de vida guarani. O Tekoha Jevy reúne todas as condições para criação do *tekoha porá*, incluindo a formação rochosa situada próxima a algumas das nascentes da margem direita do Rio Pequeno.

Em sua sociocosmologia os Guarani concebem as relações entre seres humanos e não humanos, como animais e plantas, regidas por normas de condutas e com diferentes modalidades de sociabilidade, se diferenciando da perspectiva utilitarista de dominação e exploração da natureza que tem monopolizado historicamente a visão de mundo ocidental e os projetos expansionistas de dominação (neo) colonial.

Diante das ameaças de degradação e destruição dos ecossistemas nativos decorrentes das intervenções do *juruá*, cabe aos Guarani a responsabilidade de salvaguardar as criações divinas e as relações entre os seres vivos que pautam sua existência no mundo terreno.

A preservação dos recursos do bioma da Mata Atlântica é imprescindível para a reprodução física e cultural dos Guarani que mantem a ocupação tradicional de seu território, acionando múltiplas formas de manejo sustentável das espécies. Além de intervir nos ambientes de modo a promovem a biodiversidade, sendo suas áreas de ocupação tradicional as mais ricas em diversidades de recursos e itens cultivados, os Guarani desenvolvem um manejo seletivo das espécies garantindo a continuidade de seu calendário ecológico-econômico. Em ambientes com recursos diminutos e espécies ameaçadas em que a cobertura florestal esteja mais madura ou

apresente possibilidade para progredir em seus estágios sucessionais, os indígenas tem ainda adotado como estratégia reduzir e/ou evitar desenvolver nesses locais as atividades produtivas.

Os ambientes que compõem a TI Tekoha Jevy, com suas espécies e particularidades taxonômicas e morfológicas são conhecidos e manejados pelos Nandeva visando sua preservação e a disponibilidade dos recursos imprescindíveis ao modo de ser Guarani, para o usufruto atual e das gerações futuras. As características desses ambientes foram levantadas e sistematizadas no tratamento cartográfico das áreas de uso e ocupação, realizado pela equipe do GT junto aos Nandeva, gerando um primeiro mapa, apresentado no Relatório Ambiental, e anexo a este RCID.

A partir da Oficina de Caracterização Ambiental realizada pela equipe da FUNAI no âmbito da Instrução Técnica Executiva nº. 128/2015/PRES/FUNAI-MJ, de 10/03/15, entre os dias 24 e 29 de março de 2015 na TI Tekoha Jevy com a participação dos Nandeva, os dados anteriores foram consolidados gerando um novo Mapa Temático de Uso e Ocupação, fundamentado nas perspectivas e categorias Guarani a respeito das relações ecológicas estabelecidas pelo grupo, por meio das práticas produtivas e de habitação (caça, pesca, coleta, roças e áreas com potencial de uso área de ocupação e uso no presente, com potencial para uso futuro) e a partir de lugares considerados sagrados, com apoio de imagem satélite (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Conforme o Etnozoneamento apresentado no Diagnostico Socioambiental (2015), são ambientes da TI Tekoha Jevy imprescindíveis para a reprodução física e cultural dos Nandeva:

Ka'aguy eté: mata primária e/ou em estágio avançado de regeneração, não desmatada, nem degradada. A fisionomia arbórea é dominante, com grande número de espécies de extrema importância para o manejo praticado pelo grupo de recursos característicos dessa vegetação (casca do cedro, palmeiras como a brejaúva, guaricanga, jerivá, das quais são extraídas as folhas para a cobertura das casas, alguns cipós, taquaras, reservatório da fauna, entre tantos outros fatores), e principalmente para a conservação do equilíbrio ecológico necessário à manutenção do tekoha. Essas matas são de suma importância na conservação das águas e do sistema hidrológico do vale do rio Pequeno, imprescindíveis à preservação dos recursos necessários e ao bem estar econômico e cultural do grupo indígena, manejados pelos Nandeva de modo controlado, garantindo o usufruto das gerações futuras.

Ka'aguy kué: mata com vegetação secundária, que já sofreu degradação, mas mantém porte elevado. Nessas áreas de mata alta encontra-se significativa biodiversidade biológica e presença de sub-bosque, ainda que não haja mais a totalidade de recursos necessários para os Nandeva. Nesse ambiente os indígenas identificam uma área denominada **Takua'y** – único local de ocorrência de uma taquara específica, muito utilizada para a confecção de cestos.

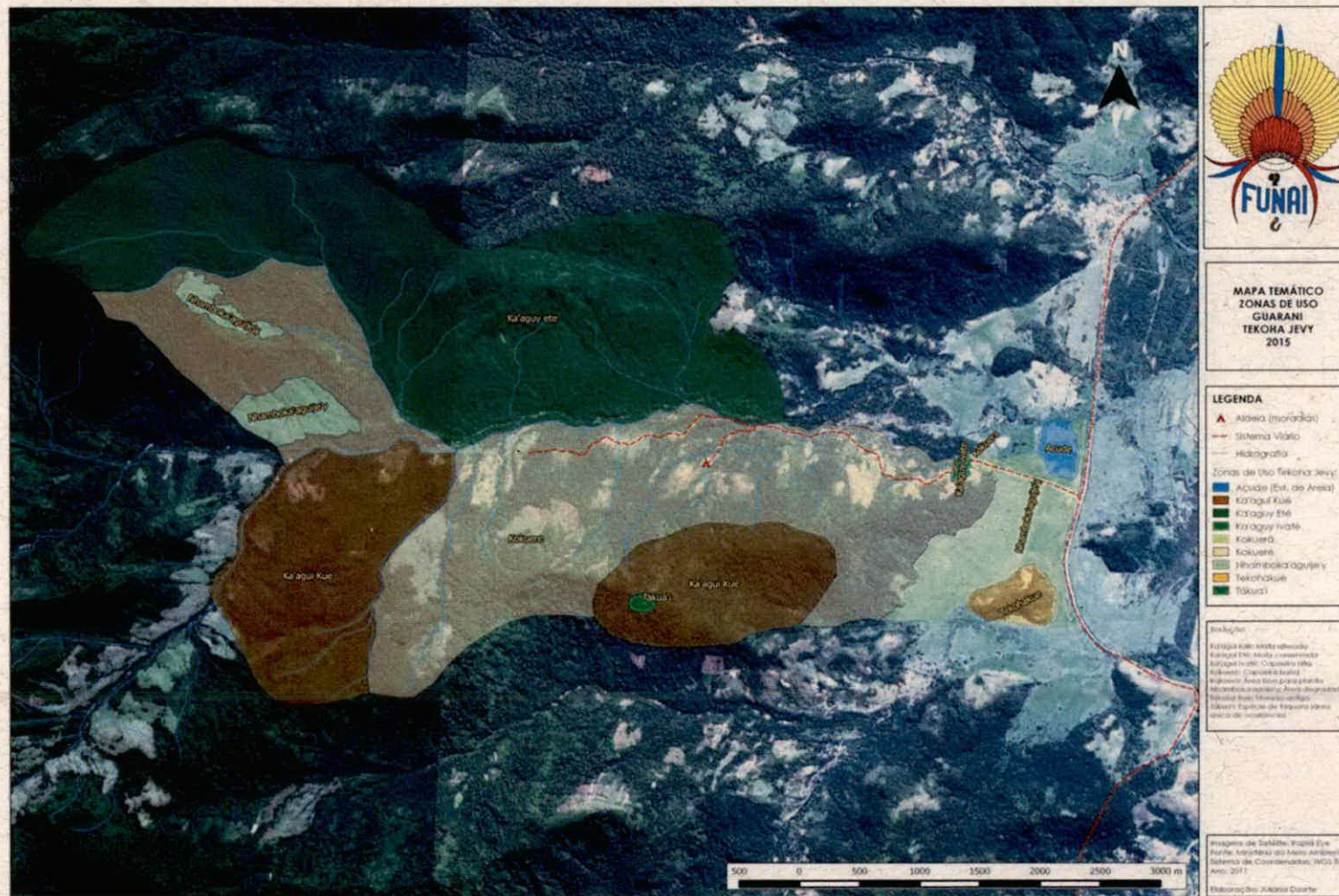
Ka'aguy Ivaté: mata já desmatada, em estágio intermediário de regeneração, traduzindo-se em capoeira alta. Nas áreas de menor declividade há abundância de espécies pioneiras importantes para o sistema de manejo indígena, para uso na confecção de artesanato (taquaras, cambará, cipós) e coleta de plantas medicinais (herbáceas, como o assa peixe, gervão, carqueja, etc.).

Kokuéré: área em estágio inicial de regeneração, com vegetação de baixo e médio porte, já roçada e que está regenerando, podendo ser traduzida como capoeira. Essa denominação comporta áreas incidentes de pasto, sapê e rocha exposta (concentrada na pequena área de moradias e dos cultivos da TI Tekoha Jevy), entremeadas com trechos de mata, sobretudo na margem direita do rio Pequeno.

Áreas de pastagem onde se encontram pastos sujos, em uso e campos abertos abandonados estão situadas nas encostas do PARNA Serra da Bocaina, estendendo-se até as áreas de planície e baixadas, nas margens dos rios e alagados. As condições desses ambientes conflitam com os objetivos da Unidade de Conservação e com a preservação dos recursos da TI necessários para a manutenção do modo de vida indígena.

Os Nandeva, embora saibam da existência do PARNA Serra da Bocaina e contribuam para recuperação e a conservação das fisionomias ali presentes, ignoram seus efetivos limites. Cabe destacar que 1,47% da área do PARNA Serra da Bocaina se encontram em sobreposição com 60% da área em estudo apresentando significativa incidência de ocupações não indígenas e ecossistemas degradados. Trata-se de uma zona de recuperação, conforme o Plano de Manejo do PARNA, que poderá vir a ser reincorporada como zona permanente da UC, com a restauração das condições naturais (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Em áreas de alta declividade destinadas ao uso agrícola, se encontram pequenas roças e rochas expostas, consorciadas com capoeiras, como o caso dos SAFS com bananeira, comuns na região. Em boa parte dessas áreas da TI incidem ocupações não indígenas impeditivas da posse plena e exclusiva por parte dos indígenas.



Zonas de uso classificadas de acordo com as categorias dos índios Guarani da TI Tekoha Jevy (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015)

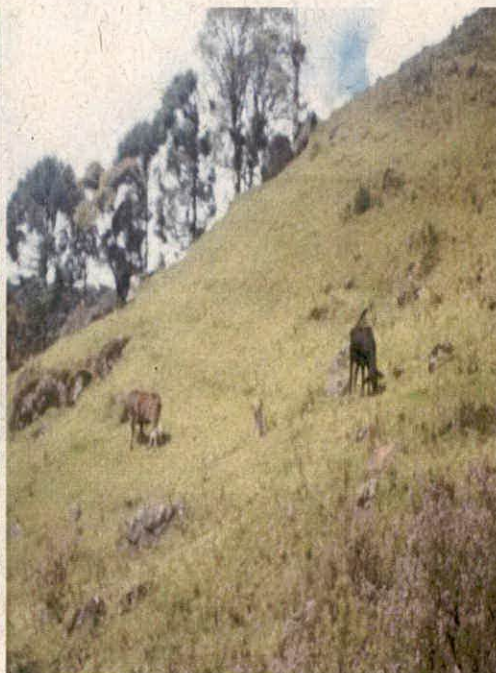
Alana Duarte

A perda de cobertura vegetal, da retenção hídrica e da contenção da erosibilidade do solo nesses ambientes, preocupam sobremaneira os Ñandeva que formam suas roças sem utilização de fogo, e adotam restrições tanto na utilização das espécies quanto nos sistemas agroflorestais (incluindo plantio de espécies nativas) tendo em vista os recursos a serem preservados.

Rochas e Pastos



Rochas expostas perto das moradias



Pastos em area de encostas e rochas expostas

Ainda são ambientes de uso e ocupação tradicional da Terra Indígena Tekoha Jevy:

Kokuera: área plana, com boas condições de solo, ideal para a instalação de cultivos agrícolas, pesca, atividades de coleta e assentamento de unidades domésticas. A área da baixada do Rio Pequeno, irrigada por cursos de águas é identificada pelos Ñandeva para instalação de novas moradias, sendo a relação com o rio fundante da territorialidade indígena.

Nhamboka'aguije'y: área degradada, com vegetação composta por gramíneas e vegetação arbórea ausente. Constitui-se em área boa para plantio, seja para instalação de roças, seja para recuperação da cobertura vegetal através de sistemas agroflorestais.

Tekohakué: designa a área plana na baixada do vale do Rio Pequeno onde eram localizadas as moradias do antigo tekoha do grupo mbya que ocupou a Terra Indígena entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse local as famílias da TI Tekoha Jevy pretendem instalar novas moradias.

PARTE V- REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL

5.0. TAXAS DE NATALIDADE E MORTALIDADE NOS ÚLTIMOS ANOS E PROJEÇÃO RELATIVA AO CRESCIMENTO POPULACIONAL

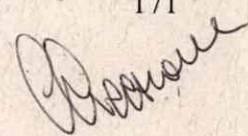
Em 2008 a população do Tekoha Jevy contabilizava 22 pessoas, comportando a terceira geração da família extensa, composta pelos netos de Demécio e Teófila. O computo variava sensivelmente em 2009, com a chegada de Sonia, filha de Demécio e Teófila, junto às três filhas, totalizando 26 pessoas. Em 2009 se contabilizavam 7 (sete) habitações ocupadas pelas famílias e por solteiros, sendo 2 (duas) delas espaços multifuncionais, utilizados ao mesmo tempo para outras atividades (culturais e de atendimento à saúde).

Desde a reocupação do antigo tekoha ocorreram 7 (sete) nascimentos, com uma taxa de natalidade de 2,5% no período de 2000 até 2008, e apenas uma morte do ancião líder xamânico Emilio. Entre 2008 e 2015 não houve nenhum falecimento e ocorreram mais 7 (sete) nascimentos: Elaine, filha de Jorge e Nina; Macsuel e Marco Artur, filhos de Sônia; Marciele e Gabriel Antônio, filhos de Sueli (este último, de segundo casamento); Alzira, filha de Vilma (de segundo casamento); e Isabele, filha de Márcia.

Em setembro de 2015 a população do Tekoha Jevy totalizava 32 indígenas, distribuídos em 6 (seis) núcleos familiares. O crescimento das famílias levou à construção de uma nova casa para Vilma, que cedeu sua moradia anterior para a filha Sueli. A família de Jorge, filho de Demécio também está construindo uma nova moradia (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Na comparação entre os intervalos de tempo se evidencia um crescimento populacional expressivo e constante. Ao contrário dos casos de doenças graves que acometiam os indígenas no decorrer de sua permanência em lugares impróprios, como os sítios de Perequê e Pedras Azuis onde os Nandeva eram impedidos de viver segundo seu modo de ser, os dados populacionais referentes aos nascimentos e mortes podem ser considerados indicativos da existência de condições mais favoráveis ao bem estar do grupo desde a reocupação do antigo tekoha.

É necessário considerar com cautela estes dados tanto por sua especificidade, quanto, sobretudo, pela presença de fatores de desequilíbrio que contribuem para a manutenção de uma taxa discreta de crescimento populacional. O computo da população guarani na área em estudo deve ser considerado em termos aproximativos, tendo em vista as oscilações decorrentes do trânsito de parentes entre o Tekoha Jevy e as aldeias de Porto Lindo (MS), Boa Esperança e Piraquê-açu (ES) e de aldeamentos no Paraná e interior do estado de São Paulo, além de outras

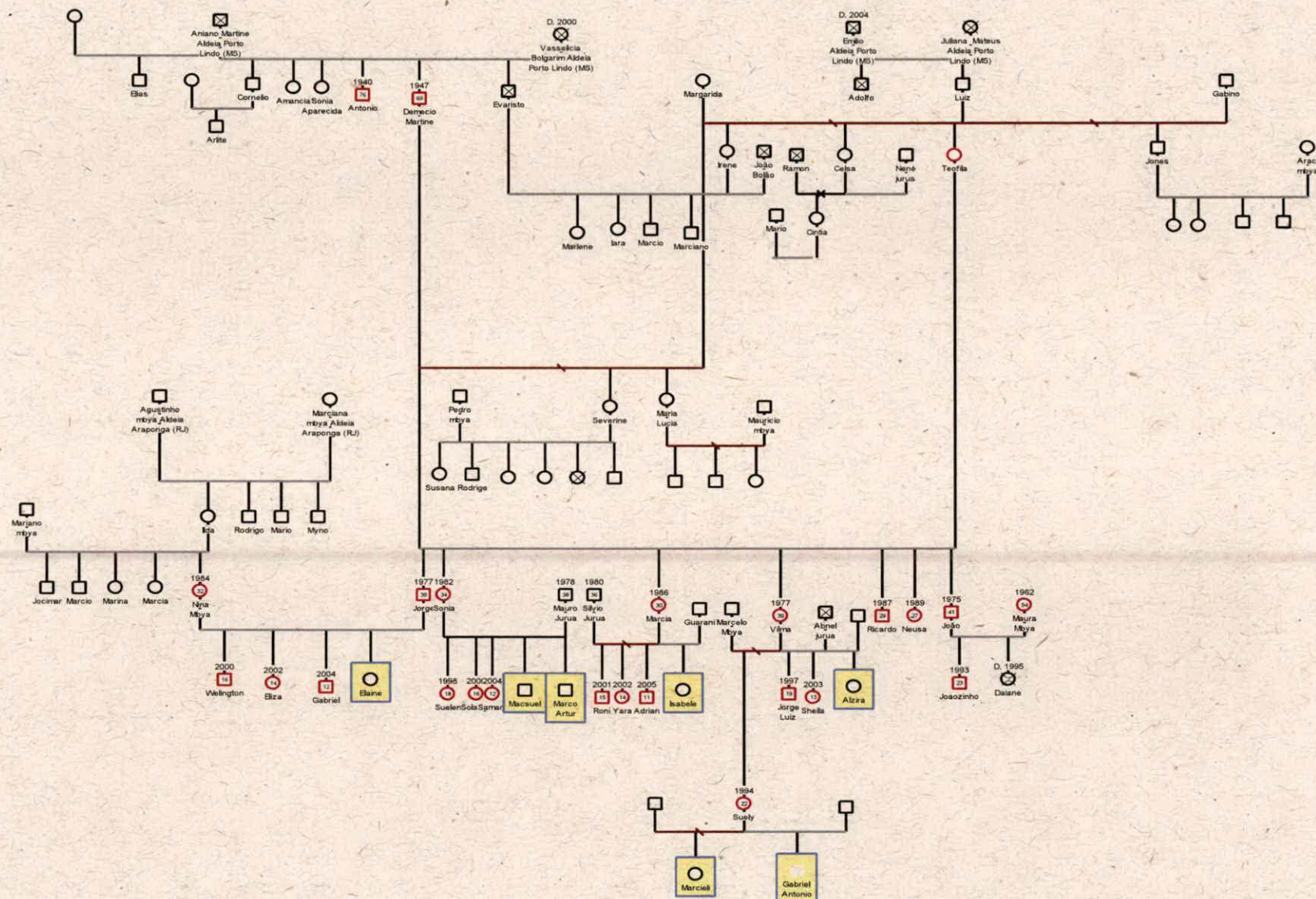


localidades de referência dos membros da família extensa. Estes trânsitos e as redes de reciprocidade entre aldeamentos que consubstancializam a territorialidade guarani são fatores imprescindíveis para análise demográfica da população guarani.

Deslocamentos liderados pelo cacique Demécio desencadeados após a retomada do antigo tekoha tinham como finalidade a reunificação dos núcleos domésticos dispersos nas aldeias situadas ao longo de seu extenso território. Vários membros da família extensa, a maioria mulheres que constituiriam novas unidades domésticas, e que pretendem se estabelecer no Tekoha Jevy, mantendo as regras da residência uxorilocal⁷⁵, permanecem ainda espalhadas em aldeamentos do litoral e interior do sudeste brasileiro, e na aldeia de Porto Lindo (MS).

⁷⁵Esta regra, em princípio, vinculada ao primeiro casamento, pode persistir, segundo as situações familiares, na ocorrência de uniões sucessivas.

População do Tekoha Jevy em 2008 (em vermelho) e em 2015 (nascimentos em amarelo)



Revisão

A permanência dessas famílias é seriamente prejudicada por um conjunto de condições impeditivas do estabelecimento de novas unidades domésticas no Tekoha Jevy. Na atual situação de confinamento da família extensa, de dificuldades de acesso aos ambientes com os recursos necessários para sua reprodução física e cultural, e de limitações do espaço ocupado pelas moradias por sua topografia íngreme e rochosa, inviabiliza a construção de novas casas que comportam a proximidade de cursos de águas, com solo fértil para a criação de roças e distância espacial entre moradias, de modo a garantir sua relativa autonomia da produção e consumo e evitar tensões e conflitos.

A sub-bacia do Rio Pequeno tem importância central na territorialidade ñandeva, na organização espacial e modo de ocupação tradicional, sendo os cursos de água associados ao local de assentamento das unidades domésticas que compõem a família extensa. Para os Ñandeva são eles que pertencem ao rio e não o contrário como demonstram os registros do período colonial Pe. L. Ruiz de Montoya (1876:130) ao tratar dos conjuntos territoriais (*guára*) nos quais se distribuíam as unidades familiares ao longo e ao redor dos cursos fluviais ou minas de água.

A autodenominação *Paranayguára* indicava o conjunto territorial dos grupos familiares localizados na proximidade do rio Paraná e seus afluentes, assim como *Yguatemiguára* se referia ao conjunto territorial localizado na bacia do Rio Iguatemi, estabelecendo os vínculos de pertencimento entre os grupos familiares e o rio principal e contemplando a bacia hidrográfica com seus cursos de águas, afluentes, lagoas, cachoeiras e nascentes.

Projeções populacionais em termos de estimativas de maior crescimento vegetativo estão necessariamente vinculadas à garantia dos ambientes e recursos imprescindíveis para estabelecimento de novas famílias, como terras férteis, irrigadas por cursos de águas, propícias para agricultura, a caça, a pesca e as atividades de coleta. Os Ñandeva identificam este ambiente com a área da baixada do Rio Pequeno para construção de novas moradias, sendo a reunificação de indivíduos e famílias ainda dispersas fundamental para fortalecimento da organização social indígena, baseada na família extensa e na presença de uma liderança espiritual, garantindo uma maior estabilidade social, econômico e espiritual do tekoha.

Os intercâmbios entre aldeamentos não tem sido suficientes para enfrentar a pressão da presença de regionais e a formação de unidades domésticas decorrentes de uniões de mulheres guarani com não indígenas. Tais uniões são consideradas pelo grupo como responsáveis pela fragilização e vulnerabilidade das normas de conduta, valores e organização do grupo, sendo alvo constante da preocupação das lideranças que procuram incentivar os casamentos entre

guarani, com translados frequentes e chegadas de parentes das aldeias do Mato Grosso do Sul e do litoral sudeste.

Com a estreita convivência entre estas unidades domesticas distintas se agrava a ameaça de eclosão de tensões e conflitos dependentes da condição de confinamento do grupo, sendo que as dimensões da atual área das moradias inviabiliza a dispersão das famílias conforme a forma tradicional de ocupação deste espaço do tekoha.

Tais situações têm sido evitadas uma vez que é prescrita a saída dessas unidades domesticas do Tekoha Jevy, a não ser no caso de Marcia, filha de Demécio e Teófila, quando casada com Silvio, morador não indígena da vizinha localidade de Parati mirim. Entretanto, além de pouco presente, o regional era mantido numa posição subalterna, prestando serviços à família extensa até a separação do casal seguida de novo casamento de Márcia com um homem guarani. Varias viagens para Porto Lindo (MS) e para Guaíra e Laranjeiras (PR) foram realizadas pelo cacique Demécio após a morte do *avuelo* Emilio, no intuito de convidar xamãs a se mudar junto a seus familiares para o Tekoha Jevy, apesar das condições de assentamento de novas famílias na área.

Os Ñandeva lamentam reiteradamente a ausência de uma liderança espiritual, sendo a instituição xamânica de tal importância para este povo que, apesar do espaço restrito e inadequado, priorizaram na área das moradias, a construção da casa de reza (*opy*) para realização de rituais. Práticas rituais, como danças e cantos, têm contribuído para o fortalecimento do grupo na defesa contra doenças físicas e espirituais, assim como para mobilizar a iniciação xamânica de Jorge, filho de Demécio e Teofila, após sofrer um grave acidente que o deixou a beira da morte e com severas consequências físicas.

Demécio e Teófila são responsáveis para salvaguarda e pratica da fitoterápica indígena cujos saberes denominam de *remédios antigos* e remetem aos conhecimentos dos poderes das plantas e de suas combinações com remédios de origem animal. Estes conhecimentos são transmitidos de geração em geração, sendo que alguns indivíduos, por sua dedicação e vocação, se tornarão especialistas neste ramo da medicina indígena, como no caso do *avuelo* Emilio.

Quando o infortúnio que acomete o indivíduo é diagnosticado como devido à ação de espíritos maléficos e à feitiçaria, o grupo se mobiliza na busca de curas xamânicas em aldeias próximas e mais distantes, como ocorreu em 2013 quando a família extensa se deslocou para Guaíra no Paraná permanecendo aproximadamente dois meses na localidade para tratamento da grave doença que acometeu Sonia, filha de Demécio e Teófila.

5.1. ELEMENTOS DA COSMOLOGIA ÑANDEVA E RELAÇÃO COM A TERRA

Nas narrativas da cosmogênese ñandeva, coletadas por Nimuendaju (1914/1987), *Nhanderuvuçu* (Nosso Grande Pai) divindade suprema que surge primeiro no meio das trevas, com uma luz resplandecente no peito, cria a Terra (*Yvy*) provendo-a com a água, sobre um suporte em forma de cruz (*kurusu*) em seu centro (*mbyte*). Esta será no princípio habitada por três pessoas: *Nhanderuvuçu* (Nosso Grande Pai), seu auxiliar *Nhanderu Mbaecuaa* e *Nhandecy* (Nossa Mãe).

Na medida em que *Nhanderuvuçu*, que tinha construído sua casa no centro da terra (*yvy mbyte*) onde morava com *Nhandecy*, avançava na mata, a roça brotava sozinha, enfatizando a importância da agricultura itinerante e o milho como principal cultivo. Diante da desobediência de *Nhandecy*, mulher terrena, o Grande Pai divino coloca seu enfeite de penas, toma o maracá e a cruz e deixa o mundo terreno, se dirigindo para a morada eterna em direção ao Leste fechando o acesso a este caminho. *Nhandecy*, grávida, começa sua caminhada (*oguata*) em busca de *Nhanderuvuçu* que levava sua alma para a morada eterna, inaugurando, nesta primeira narrativa, o tema da mobilidade e das movimentações guarani em direção ao leste, em busca da eternidade.

C. Nimuendaju (1914/1987) ao registrar, no início do século XX, a resistência de grupos familiares Ñandeva vindos do Mato Grosso do Sul, frente às tentativas do SPI de confiná-los numa reserva no interior do estado de São Paulo, enfatizava a dimensão mítico-religiosa como norteadora daqueles deslocamentos em direção à costa atlântica.

A narrativa dos filhos de *Nhandecy*, os irmãos mais velho e mais novo, *Nhanderyquey* e *Tyvúry*, heróis civilizadores da mitologia guarani ñandeva, inaugura a criação da dança xamânica que permite a comunicação do filho *Nhanderyquey* com o pai divino, tornando-se responsável para cuidar da terra, a partir de sua posição no zênite.

Ao longo de sua caminhada em direção à morada do pai, *Nhanderyquey*, junto ao irmão mais novo e trapaceiro, completa a criação dos seres que vivem na terra, plantas, animais, e dos elementos como o fogo; estabelece relações com eles e com as divindades, instituindo o conjunto das normas de conduta (*tekorã*) e enfrentando, através de atos mágicos e vingança, os perigos dos demônios e as malícias de *Añãý*, figura demoníaca existente desde os princípios da criação do mundo.

A caminhada (*oguata*) é uma instituição motivada culturalmente pela cosmologia guarani onde os heróis civilizadores percorrem caminhos que os levam de residência em residência, e através disto fundam as instituições para a humanidade, bem como as relações desta com a natureza (BARTOLOMÉ, 1977).

Além dos heróis civilizadores, outra figura de destaque do universo cosmológico guarani é *Tupã*, criação de *Nhandervuçu*, personificação do trovão, assentado no extremo oeste, num tronco de árvore e com o tembetá, usado na iniciação dos meninos, feito de resina de jatobá, que provocaria os raios. O sol é representado por *Nhanderu*, Nosso Pai, sendo *Kwaray* os raios solares, a luz e o calor do sol, podendo também ser chamado de *Nhandejara*, Nosso Senhor, que ilumina o mundo.

Conforme os relatos dos Ñandeva do Tekoha Jevy “*Então Tupã é guardião, segue as ordens de Nhanderu, pra sair o vento, o trovão, o relâmpago e a chuva, com a ordem de Nhanderu. [...] Kwaray mora no leste, sai da morada dele que é em Nhandervai, passa pelo arambyte, meio do mundo, e pousa aqui (oeste)*” (João, informação verbal, 2008).

Na direção dos quatros pontos cardeais, nas extremidades da cruz que suporta a Terra onde vivem e se relacionam os seres mortais, se encontram as moradas dos seres eternos, como as divindades, as almas, os espíritos-donos e guardiães das almas e, separadamente, os espíritos maléficos. Destes pontos se orientam as movimentações dos seres eternos, sendo que *Nhandervai* representa, no caminho do mar, na direção leste, a morada do criador, o Nosso Grande Pai, *Nhandervuçu*, conforme desenho realizado por João Mendonça, filho do cacique Demécio.

A direção leste orienta os movimentos migratórios guarani para a costa atlântica, a dança e as rezas xamânicas, a construção da casa de reza e os plantios. Na concepção e configuração de território-mundo guarani é no leste, ao longo do litoral, que se encontram os lugares eleitos de pertencimento mítico- histórico, sendo persistente no horizonte indígena, a busca destes espaços para criar os *tekoha porã*, viver segundo seu modo de ser e mais próximos da morada eterna. Destes lugares seria possível alcançar a eternidade (*aguije*), como ocorreu com os antepassados quando o corpo se torna leve, livre de impurezas, conseguindo a condição de imortalidade (*kandire*).

“*Paraguasu é o mar, então Nhandervai já é depois do mar*” (Demécio, informação verbal, 2008).

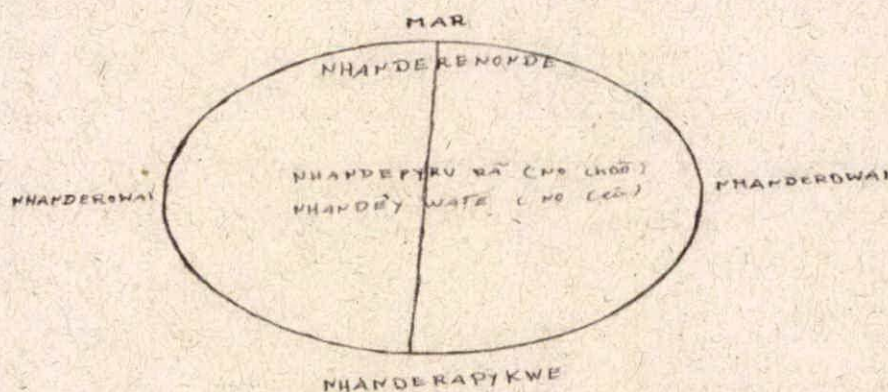
A importância simbólica e material destes lugares situados nos limites entre os mundos terreno e eterno implica na ocupação, uso exclusivo e conservação de nichos de Mata Atlântica onde se encontram os seres destinados aos Guarani na criação do mundo terreno - elementos da

flora e da fauna que compõem a mata intocável do *ka'aguy poru ey* e o *ka'aguy ete*, o solo fértil e os corpos de água, rios e nascentes, *yyrekopy*, referencias ecológicas de seu universo mítico e fontes de recursos para seu modo de viver no mundo, imprescindíveis para sua reprodução cultural e física.

Nos desenhos a seguir realizados por Alberto Alvares, professor ñandeva originário de Porto Lindo (MS) que colaborou com a antropóloga coordenadora do GT, e por Jorge Mendonça, filho do cacique Demécio, se pode visualizar a imagem da terra representada na cosmologia guarani como um disco circular achatado, delimitado pelas águas do mar.

No primeiro desenho, são representadas as moradas dos seres eternos nos pontos cardeais, sobrepostas ao mundo terreno, sendo que os Ñandeva estabelecem diversificadas relações com estes seres conforme as orientações de suas movimentações. No centro do mundo se encontraria uma cruz eterna de madeira.

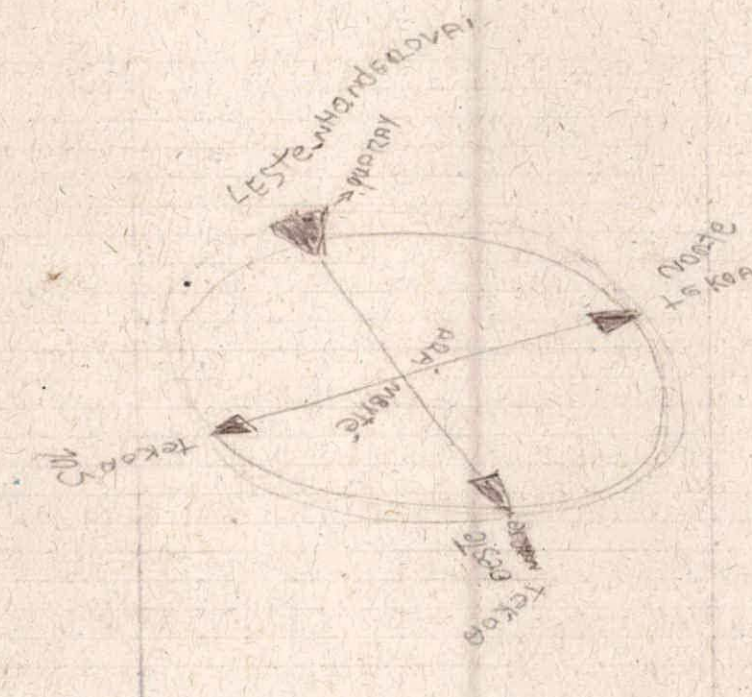
Mundo Ñandeva (a)



ALBERTO ALVARES
TUPÃ RAY

Autoria: Alberto Alvares, Tupã Ray, 2009.

Mundo Ñandeva (b)



João Mendonça, *Pixim*, 2008.

No segundo desenho realizado por Jorge Mendonça, filho do cacique Demécio, estão representados os *tekoha porã* localizados ao longo da costa atlântica, no limite do mundo terreno, a beira mar, e interligados pelos movimentos entre os pontos cardeais que atravessam o centro do mundo (*ará mbyte*) e orientam a sociocosmologia ñandeva.

Será a partir da perda do suporte ocidental, provocada por *Nhanderuvuçu*, segundo a cataclismologia ñandeva, que irá se desencadear o desmoronamento do mundo terreno, a emergência do fogo subterrâneo e das trevas, quando a terra se tornara dominada pela maldade⁷⁶. Nos tempos antigos, com o anúncio da catástrofe, como prelúdio do fim do mundo (*mba'e megua*) pelo dilúvio com a inundação da terra pelas águas do mar, cabendo a *Nhanderuvuçu*

⁷⁶ Ao criador da terra será atribuída a responsabilidade de abrir o caminho das trevas e dos demônios eternos (como o Jaguar azul) e terrenos (como os animais noturnos) quando ocorrerá o domínio das maldades e a destruição da terra.

criar um mundo novo (NIMUENDAJU, 1987: 68), grandes xamãs, como *Guyrapoty*, lideraram movimentos migratórios em direção leste, estabelecendo seus *tekoha* ao longo da costa atlântica. Com sua conduta exemplar, praticando os rituais, dançando e entoando as rezas-cantos em comunicação com os deuses, *Guyrapoty* conseguiu flutuar em cima das águas que inundavam a terra e se elevar alcançando a morada eterna.

Estas narrativas paradigmáticas são evocadas por homens e mulheres xamãs de maior prestígio (*Nhanderu e Nhandesy*) durante os *jeroky guasu* (grandes danças rituais) e as *aty guasu* (reuniões comunitárias e intercomunitárias), sendo as danças e cantos realizados pelos homens com o uso do *mbaraka* (chocalho) e pelas mulheres com *takuapu* (bastão de ritmo em bambu) (MELIÀ, 1986; SUSNIK, 1979).

O horizonte cataclismático guarani, ligado ao fim do mundo terreno, está vinculado aos efeitos das transgressões do *teko porá* (a boa conduta), favorecendo a emergência do *teko vai* (maus comportamentos) associados as atitudes dos *juruá*. Daí, a necessidade de conservar uma ordem moral em cuja base organizativa se encontra o vínculo osmótico entre os seres humanos prediletos pelos deuses (os próprios guarani) e a terra, entendida como um ser vivente.

As atividades xamânicas e ritualísticas sintetizam as condições que cada comunidade vive e as próprias dificuldades em manter tal equilíbrio cósmico (MURA & ALMEIDA, 2002). Ao contrário do corpo leve que se adquire na prática do *teko porá* e prepara para a travessia para a morada dos deuses, as transgressões e forças externas maléficas fazem o corpo pesado, sintoma de contaminação por espíritos malvados necessitando passar por um processo de purificação (MURA, 2006).

“Nós somos pecador, pecador é que sofre. Então nós vamos acabar com isso no dia que nós morrer, e nosso pai tem que defender nosso espírito para ir lá e ficar tranquilo. Aí já ninguém mais trabalha, porque aí já pagou; e outra coisa, a pessoa tem que pagar e é aqui na terra, pagar todo o pecado que ele faz, porque a pessoa é ele que faz o pecado, porque não pensa, em vez de fazer bem, ele faz mal [...]. E no dia que a gente não aguentar mais morre e vai pagar tudo o pecado primeiro que fez, durante aquele pecado não acabar ele não recebe não, porque lá é limpo, lá não pode entrar pessoa pecador [...]. Nhanderu quer viver aqui, ele queria morar aqui com nós, nessa terra. Porque tem muita gente aqui que não aceitou ele aqui. Assim que aconteceu aqui. Por isso que Nhanderu não tá aqui com nós, mas ele toma conta de nós, o espírito dele” (Demécio, informação verbal, 2008).

Embora o fim do mundo (enquanto destruição da superfície da terra) ocorra como advertência moral a partir da qual articular a própria ética e modo de ser (*nhande reko*), a perda de acesso a terra representa um risco crescente de catástrofe e de deformação do mundo. A luta

para recuperação das terras tradicionais vincula-se à necessidade de manutenção do relacionamento osmótico dos Guarani com este ser vivo, do qual precisam cuidar para que não adoça e desmorone. Preservar a vida na terra e garantir o *tekoha porá* implicam na procura e ocupação de lugares com condições geográficas, ecológicas e simbólicas idôneas destinadas pelos deuses aos Guarani para salvaguardar o mundo terreno e realizar seu modo de ser.

Neste contexto mítico-histórico prosseguem as caminhadas em direção ao leste, onde se encontram os lugares ocupados pelos ancestrais e de onde é possível encontrar o caminho para eternidade, atravessando o mar (*paraguasu*). Guiados pelos líderes espirituais, os grupos familiares buscam estes locais sagrados localizados nos nichos de Mata Atlântica, ocupados a partir de uma escolha ou uma concessão dos deuses, pois é preciso que os líderes espirituais reconheçam estes lugares revelados através dos sonhos.

A direção leste – oeste, o caminho do sol, constitui referencia fundamental tanto para a existência do mundo Ñandeva quanto para orientar o desenvolvimento das atividades do *tekoha* organizadas segundo o calendário ecológico produtivo. É esta direção que também predomina no etnomapa produzido pelos Ñandeva do Tekoha Jevy durante a oficina promovida pela equipe do GT em 2008 e que pode ser lido na perspectiva ñandeva, à luz da sua sociocosmologia, tendo em vista os ambientes com seus elementos norteadores da criação e exercício do *tekoha porá*.

Desde a agricultura até a construção das moradias, da casa de reza e as práticas rituais, os Ñandeva seguem a orientação leste, de onde o sol ilumina o mundo terreno “*As plantas tem que ficar pra onde o sol nasce. Meu pai falou que tem um pezinho assim que da pra descobrir o leste, que fica sempre de frente pra onde o sol nasce*.” (João, informação verbal, 2008).

No fim do dia quando o Sol se posa ao oeste, com Tupã protegendo o suporte ocidental do mundo de seu desmoronamento, se suspendem todas as atividades produtivas e se realizam os rituais com danças e cantos-rezas voltados para o leste em busca da comunicação com os deuses, para o fortalecimento individual e coletivo. Os índios atribuem ao período noturno o domínio dos seres maléficos, das almas dos animais noturnos e das almas penadas de defuntos vagando em torno de suas residências, antes de dirigem-se para sua morada em direção a sudeste, onde inicia a escuridão.

Antes ainda do caminho do sol, os Ñandeva marcaram no etnomapa seu pertencimento ao rio, pois é nas proximidades de cursos de água, onde solos férteis garantem a criação de roças familiares e demais cultivos, assim como atividades de pesca, caça e coleta, que se assentam as unidades domésticas da família extensa. No etnomapa, a localização da atual área de moradias e cultivos do grupo aparece num espaço restrito e em declividade, em função da situação de confinamento dos Ñandeva pelas pressões exercidas pelas ocupações não indígenas no *tekoha*.

O ambiente identificado pelos Ñandeva como “*bom para plantio*” se estende para a planície da área em estudo, onde ocupações não indígenas como moradias e diversos empreendimentos impedem sua posse plena e exclusiva necessária para o desenvolvimento das atividades produtivas, com destaque para o cultivo do *avatxi ete*, o milho guarani, imprescindível para a construção da pessoa e da vida coletiva, renovando os ciclos da produção do *tekoha* e os vínculos dos humanos com as divindades e os outros seres vivos a eles destinados para viver na terra.

Etnomapa



Autoria: grupo Ñandeva do Tekoha Jevy (2008)

Mura e Almeida (2002), a partir de uma narrativa mítica coletada no tekoha de Porto Lindo (MS) sobre a criação do mundo terreno (*Yvy*)⁷⁷, mostram o sentido que o território assume para os Ñandeva que afirmam pertencer a ele e não o contrario. Um punhado de terra (matéria

⁷⁷ Estes autores afirmam que o termo *yvy* se refere contemporaneamente a terra (matéria inorgânica), ao mundo e ao solo. A distinção se faz através da contextualização linguística da palavra ou através da adjetivação, como no caso do solo: *yvy morotĩ* (terra branca), *yvy pytã* (terra vermelha), *yvy hũ* (terra preta) e *yvy sayju* (terra amarela), cada um com propriedades específicas para a agricultura que permite e dá sentido a essa classificação.

inorgânica) jogada sobre uma tarimba de bambu (*takuara*), num movimento contínuo dos pés é moldada pelo inseto *kyvu kyvu* na forma atual do mundo terreno.

Os indígenas emergem das primeiras sementes plantadas pela entidade suprema, instituindo uma relação telúrica que serve como base para a construção do sentimento de autoctonia. Metáforas são utilizadas para ligar as características da terra ao corpo humano, incluindo funções primárias como atributos importantes para sua fisiologia. Os Ñandeva permitem que a terra se alimente durante o descanso da coivara, ocorrendo um reflorestamento espontâneo (*omboka'aguyjevy*), enquanto no lugar plantado será a própria terra que alimentará os índios. Os rituais (*Ñemongarai* e os *Jeroky*), por sua vez, permitirão que a terra não adoeça, mantendo o equilíbrio nessa relação osmótica. As plantas, como o milho sagrado, são tratadas como crianças, colocando-se mais uma vez em destaque a visão antropomorfa dos elementos da natureza.

Outra metáfora guarani da “terra coberta de pelos” remete às matas (*ka'aguy ete*), sendo os ecossistemas da Mata Atlântica desenhados no etnomapa com diferentes tipos e densidade de vegetação e de espécies da flora e da fauna. Estes ambientes são profundamente conhecidos pelos Ñandeva que, em suas atividades de extração e coleta, andam por trilhas marcadas no desenho e utilizadas desde o período de ocupação mbya do antigo tekoha cujas moradias eram localizadas próximas da localidade Graúna. No etnomapa localiza-se esta área, objeto de esbulho e desmatada para criação de pasto, pela ausência de vegetação⁷⁸. Demais caminhos (*tape*) interligam o ambiente da baixada com as áreas de mata (*ka'aguy eté*), margeando o rio e a mata ciliar próxima aos cursos de águas, onde os Ñandeva encontram recursos para pesca, caça e coleta de matérias primas.

Os ambientes representados no etnomapa são prerrogativas do *tekoha porá* e necessários para a reprodução física e cultural dos Ñandeva. São conhecidos e vivenciados através de interações entre humanos e não humanos aos quais são atribuídas intencionalidades e sociabilidade. Esta condição ontológica se evidencia desde o mito dos irmãos *Nhanderyquey* e *Tyvúry*, e em várias narrativas míticas onde é estabelecida a humanidade de pessoas e animais, sendo que a separação dos destinos dos seres no mundo é condição póstuma e não originária nestas cosmologias (DESCOLA, 2015).

Os Guarani orientam sua conduta segundo as qualidades atribuídas aos seres vivos, territorializando seu espaço-mundo, e que marcam os polos entre o originário /autentico (*ete*), perene (*marãey*), sadio, portanto bom/belo (*pora*), e o imperfeito (*vai*) que estraga (*marã*),

⁷⁸ Uma vegetação rasteira encobre nas proximidades, uma grande lagoa, morada da inofensiva cobra grande (*mboi guaxu*).

doente (*axy*) (LADEIRA, 2001; 153), recriando os tempos das origens na vida cotidiana e nas práticas rituais.

Um código de conduta pauta as relações dos espíritos dos humanos com os espíritos-donos (*járy*) das espécies animais e vegetais, dos cursos de água, das pedras e demais elementos e acidentes geográficos que compõem seu mundo terreno. Todos possuem espíritos-donos (*járy*) e todos os seres originários e os espíritos-donos vivem também nas moradas dos seres imortais, os que foram destinados aos Guarani para viver e se reproduzir na terra assim como os seres maléficos.

A transgressão destas normas de conduta pode ser causa de infortúnio, resultado das agressões por feitiçaria e da ação de espíritos-donos de seres predadores (*-jepota*) (CADOGAN, 1959). A animalidade, neste âmbito, configura-se como condição de negação das relações sociais, estruturadas sob o signo do parentesco entre humanos e com os seres divinos, pois os Guarani se consideram irmãos caçulas das divindades, filhos do “Nosso Grande Pai”, constituindo uma única parentela⁷⁹.

Na origem do mundo terreno, as matas com suas criações (*ka'aguyja*) foram destinadas aos Guarani para viver segundo seu modo de ser. Aos *jurua* foram destinados o campo e os animais como vacas, porco e cavalo, sendo presente nestas criações os marcadores de diferentes comportamentos morais, religiosos, políticos e tecno-econômicos. Entretanto, os seres do mundo dos *jurua* passaram a se multiplicar e dominar na terra, invadindo-a e deformando-a, acelerando sua destruição e o anúncio de uma nova catástrofe.

Rochas, montanhas e relevos das encostas do mar (*parakupe*) no limite do mundo terreno que aparecem no etnomapa, protegem os Guarani de uma nova catástrofe por inundação. O horizonte proporcionado por estas altitudes reforça a eleição desta parte do território – mundo, como mais próxima da morada eterna.

Nestes ambientes que compõem a fisionomia do *tekoha porá*, se destaca a presença de rochas e de áreas de maior altitude na área em estudo onde ainda se encontra a formação rochosa (*tava mirim* para os Mbya e *oghã ita guiguá* para os Nandeva), indício indestrutível das ocupações dos antepassados que, como as ruínas e as formações de pedras, remete ao trabalho indígena no período da ocupação colonial jesuítica do seu território, incorporado pelos Guarani, em sua mito-praxi (SAHLINS, 1990).

A concepção da pessoa guarani, seu equilíbrio e do coletivo são intrinsecamente vinculados à produção do *tekoha porá*. Se baseia na ideia de um corpo (*tetê*) com dois distintos

⁷⁹Conforme Mura (2006) trata-se de relações de consanguinidade e não de afinidade, pois este tipo de relação também guarda uma potencial hostilidade entre famílias circunstancialmente aliadas pelos casamentos.

tipos de alma. A espiritual, *ayvu* ou *nhe'e*, é enviada pelas divindades para os xamãs que descobrem o nome (palavra-alma), favorecendo sua incorporação na criança durante o *Ñemongarai*. Nesta cerimônia do batismo das crianças e dos primeiros frutos da colheita do milho verdadeiro, *avatxi ete*, se evidencia a intrínseca interdependência entre as criações do mundo e o ciclo agrícola do milho para a construção da pessoa. Os familiares cuidam para que a alma espiritual permaneça no corpo onde se encontra, sentindo-se acolhida na terra. Para tanto a família precisa estar bem assentada em seu espaço territorial e apoiada em seus chefes (*tamoi e jari*) (MURA, 2006).

A alma corporal começa a se formar quando o ser humano alcança a maioridade, se expressando através da sombra (*ã*). Com o passar dos anos, se reforça e, falecido o corpo, dele se desprende, tornando-se *anguê*. O *tupicha*, o espírito animal, condiciona o comportamento do corpo do indivíduo. Os Guarani se identificam com a alma espiritual, *ayvu* ou *ñe'ê*, cujo significado é “palavra” e “linguagem” (cf. Melià et al. 1976: 248), sendo a pessoa parte de uma rede de relações que se estabelecem por atos comunicativos que incluem as rezas- cantos.

“O que da força pra gente é o espírito; se a gente tem espírito pode viver nesse tempo, e se acabar o espírito o que acontece? A gente morre, desaparece e os espíritos, quando o povo da gente ainda é forte, eles vêm, e quando a gente fica muito velho não aguenta mais, o espírito também já tá, aí o espírito larga aquele corpo” (Demécio, informação verbal, 2008).

A saúde do indivíduo é relacionada com a estabilidade da alma espiritual em seu suporte corporal, sendo necessário que *ayvu* ou *ñe'ê* consiga manter o controle sobre o corpo, praticando o comportamento moralmente aprovado, impedindo que outros espíritos produzam nele afecções indesejadas. Diante de situações que induzem perturbação ou afastamento da alma espiritual, são acionados mecanismos para superar as crises, enfrentando a emergência dos sintomas da doença interpretada como social e cósmica.

A instabilidade da alma espiritual pode ser relacionada a condições sociais, emocionais e ambientais prejudiciais, como lugares hostis ou impróprios para o desenvolvimento das atividades sociais, políticas e tecno-econômicas e com a ausência das características ecológicas apropriadas para o desenvolvimento das atividades de produção do *tekoha*, como agricultura, caça, pesca, coleta, praticas rituais.

Condições ambientais negativas são também relacionadas com espíritos malignos, como os diversos *járy*, *anguê* e *añáy*, sendo ar, lugares, objetos impregnados e portadores de doença. Se as intervenções xamânicas do grupo não forem eficazes, pode se recorrer a outros xamãs mais poderosos nos circuitos guarani das relações de aliança e parentesco. Quando o ambiente é considerado excessivamente doentio, a família muda-se para outro local.

Situações de enfermidade sintomáticas de condições territoriais e sociais adversas foram vivenciadas pelo grupo familiar Ñandeva durante suas estadias nos sítios dos *juruá* de Perequê e Pedras Azuis, e detalhadamente descrita na Parte I deste Relatório, incluindo a busca da intervenção xamânica no tekoha mbya de Sapukai (Bracui, RJ).

A feitiçaria também é tida como causadora de enfermidades espirituais e físicas que podem levar à morte da vítima. Galvão (1996 [1943]) é o autor que oferece mais informações sobre as técnicas de feitiçaria adotada entre os Kaiowa e Ñandeva no Mato Grosso do Sul. O feiticeiro utiliza-se de qualquer resto de comida (mandioca, batata etc.) jogada fora ou deixada cair pela futura vítima, e se embrenha na mata onde cava um buraco e enterra os restos em um pano, atravessado com pedaços de pau ou espinhos. A pessoa começa a sentir os primeiros sintomas, ficando doente. A vítima treme muito, tem febre e sente pontadas, devido aos paus atravessados. Vomita sempre e, então, acaba morrendo. O feiticeiro é visto pela vítima, transformando-se num cachorro (ou outro animal carnívoro), que, então, salta em cima da vítima.

Conforme Schaden (1974: 126) doenças repentinas, de ação lenta e dolorosa são consideradas indícios de ataques de feiticeiros. As práticas de contrafeitiço (*pohanõ*) objetivam fazer com que o agressor se torne, por sua vez, vítima. A feitiçaria é tida como causa de vingança, assim como de renovação e redefinição de alianças entre famílias, reforçando lógicas de pertencimento a grupos específicos. O uso de amuletos colocados em saquinhos e pendurados no pescoço ou em outros lugares do corpo, ou ainda na residência ou em outras localidades são praticas defensivas diante de ataques de feitiçaria.

Os aspectos sociocosmológicos guarani estão estreitamente vinculados aos lugares que reúnem as condições do tekoha para o exercício das normas de conduta social, política e religiosa, conforme expresso na frase “sem tekoá não há tekó” (MELIÀ, 1990). Onde se encontram as espécies animais e vegetais e as características hidrográficas e topográficas que compõem os ecossistemas da Mata Atlântica, os Guarani tem possibilidades concretas de criação do *tekoha porá*, estabelecendo relações entre os seres vivos, propiciando o bom modo de viver guarani e o fortalecimento espiritual (*mbarete*) dos indivíduos.

A relação de pertencimento dos Ñandeva ao território tradicionalmente ocupado, longe de expressar relações de caráter estreitamente instrumental, se configura em toda sua espessura mítico-histórica. É no âmbito dos processos de ressignificação das mudanças nas condições históricas de existência que se fortalece a concepção de seu território-mundo, substancializada nas modalidades tradicionais de ocupação, deslocamento e troca entre os *tekoha*.

Enfrentando a progressiva redução dos espaços de Mata Atlântica, pelas diversificadas formas de agressão e destruição dos ecossistemas, os Guarani continuam procurando os lugares

eleitos perseverando no caminho dos ancestrais. A conservação destes espaços sagrados é indispensável para a manutenção do mundo terreno, pelo qual os Guarani se consideram responsáveis, o que significa salvaguarda-lo da deformação, cansaço e envelhecimento, como eles mesmos afirmam.

É no âmbito da ocupação tradicional e conservação de seu território que se dão as prerrogativas para a criação do *tekoha porá*, impulsionando o crescimento populacional da extensa e o exercício da vida ritual que sacraliza o mundo terreno no *tekoha*, alimentando sua memória e reatualização sua cosmologia.

5.2. A VIDA RITUAL E SEUS ESPAÇOS

A vida ritual é fundamental para organização social dos Guarani, sendo destinada a manter em equilíbrio o cosmo, dando continuidade à vida na terra e afastando a chegada do fim do mundo. Entre os principais rituais se destacam o *Ñemongarai*, o *Avatxikyry* e *Ka'a Nemoingüe* cultos agrários de consagração do ciclo e colheita do milho sagrado (*avatxi ete*), batismo das folhas de erva mate e das plantas novas, sendo o primeiro também um rito de batismo das crianças, celebrando o vínculo sagrado entre os humanos e a terra, através da agricultura.

Fora do período da colheita, os *jeroky* são cerimônias de danças com rezas-cantos que revigoram os pressupostos éticos e morais (*teko porã*) para manutenção de uma conduta sagrada (*teko marangatu*), expressa através das ações e atividades humanas, para que a terra (*yvy*) não sofra e venha a ser destruída (MURA & ALMEIDA, 2002).

O *Ñemongarai* comporta participação de outros aldeamentos, sendo importante ocasião de união, encontro e trocas com familiares e intensificação das rezas-cantos-danças. Reafirma a importância da complementaridade e cooperação entre homens e mulheres, através do preparo dos alimentos e realização do ritual. O milho é utilizado pelas mulheres para fazer os pães (*mbojape*) e para preparar a bebida fermentada (*chicha* e *kaguiy*), principais alimentos cerimoniais que simbolizam a renovação da vida: os pães as crianças, e a bebida a força dos xamãs (CADOGAN, 1988: 78-79).

Aos homens cabe a coleta do mel (*ei*) a ser consumido na *opy* junto com o *mbojape* após a nomeação das crianças, e da madeira do cedro, usado em forma de cuias com água de cachoeira e nascente, casca e folhas. O mel e os *mbojape* são colocados na parte frontal da *opy*, onde também são amarradas espigas de *avatxi ete*. No ritual se celebra a construção da pessoa e

da vida social com os novos frutos da colheita e da sociedade, renovando os ciclos da produção do tekoha e os vínculos dos humanos com as divindades e os seres vivos da mata, como as nascentes, as árvores sagradas, como o cedro e o jatobá de onde se retira o mel. A realização de rituais no Tekoha Jevy tem sido prejudicada pela escassez dos plantios de *avatxi ete* e de *avatxi moroti*, como também pelas dificuldades de acesso às matas onde os indígenas realizam as atividades de coleta.

Conforme Assis (2006), o espaço do tekoha comporta uma sequência de eventos desde a ocupação do lugar, por parte de um pequeno grupo de famílias até o plantio do *avatxi* e a construção da *opy* onde se realiza o ritual de nominação, após a primeira colheita do milho, quando o espaço é batizado através do nome revelado ao xama. Através das rezas – cantos – danças cotidianas e da renovação cíclica do *Ñemongarai*, os Guaraní celebram o tekoha enquanto espaço de produção do sagrado, ritualizando as relações que estabelecem com os ambientes e os seres vivos que os habitam, reconhecidos como dádivas divinas, renovando a ordem do mundo instituída nas narrativas míticas.

Espaços de uso ritual em ambientes que compõem o tekoha são: na área das moradias, a *opy* (casa de reza); nos espaços dos cultivos, as roças onde se plantam as espécies sagradas, seguindo condutas rituais ligadas à preparação e benzimento das sementes; nas matas onde se exigem preparos e condutas rituais com os espíritos-donos dos seres vivos, entre eles as criações divinas, como o cedro, a palmeira *pindó ete i, tarumã*, demais plantas sagradas e medicinais, espécies animais, como o *koxi* e as abelhas *jatai* produtoras do mel.

Na casa de reza (*opy*) são realizados os principais rituais dirigidos às divindades para que os Guaraní possam ter alegria (*vy'a*) e força espiritual (*mbarete*) para cuidar da conservação dos espaços vitais para continuidade do mundo terreno e para as gerações futuras. Na *opy* se pratica o aprendizado da sabedoria divina, transmitida pelas divindades aos xamãs, orientando o caminho do indivíduo na existência terrena. É neste lugar que se celebram as ligações entre os mundos divinos e humanos, e entre as almas, através dos exercícios rituais incluindo as práticas de cura. Assis (2006: 148) afirma que na *opy* se encontram sintetizados e materializados os elementos básicos da cosmologia e da coletividade. O lugar onde é construída a casa de reza sacralizada o *tekoha* e representa o centro da vida ritual e social. A *opy* é construída com a porta direcionada para oeste e a janela para leste, em direção a *Nhanderovai* seguindo o caminho do sol.

Na parede para leste há um pequeno “altar” e os instrumentos musicais que constituem os objetos para o acesso ao sobrenatural, sendo a relação com o divino, fundamental para a produção e reprodução de sua sociabilidade (ASSIS, 2006:135). Montardo (2002) e Assis (2006) tratam os objetos rituais no interior da *opy*, em termos de simbolização dos papéis sociais

masculinos e feminino, extensões das pessoas, seus duplos, configurando uma representação (*anga*) imperfeita do mundo divino que se aspira alcançar. Entre os objetos rituais dos Nandeva do Tekoha Jevy se destaca a cruz de madeira (*kurusu*) usada pelo *avuelo* Emilio e o cocar de penas (*jeguaka*).

A *opy* é o centro da representação, memória, agenciamento dos elementos da cosmologia, e dos preceitos que orientam a vida no território-mundo guarani. Cada *tekoha* expressa sua singularidade através de seus próprios cantos que podem se tornar coletivos a partir da rede de reciprocidade entre aldeamentos, e do perfil e poder de seu xamã. Na comunicação com o mundo divino, os xamãs, assim como alguns iniciados, recebem os cantos e os conhecimentos da cura cujo ritual ocorre em sessões cotidianas na casa de reza, junto aos auxiliares do líder espiritual (*yvyraiija*).

Na casa de reza ou próximo dela ocorrem ainda danças-lutas dos *ñemointin* e *xondaro* (guerreiros) que auxiliam os xamãs na direção dos *jeroky* e incentivam o aprendizado dos meninos orientados pelos mestres. A *opy* é assim um local privilegiado de fortalecimento do corpo e de observação mútua onde se exhibe a força do corpo e se luta para vencer a sua fraqueza (MENDES, 2007).

Na retomada do antigo *tekoha*, a construção da casa de reza foi um dos primeiros anseios da família extensa, para que o *avuelo* Emilio, que sempre trazia consigo a cruz de madeira, continuasse dirigindo os rituais de cura e as rezas-cantos-danças que durante a permanência nos sítios dos *juruá* permitiram enfrentar os ataques dos espíritos malignos. A condição de confinamento das unidades domésticas e as dificuldades de acesso às matas e aos lugares propícios para os plantios das espécies sagradas incidiram na realização das praticas rituais. Com a morte do líder xamânico foi adiada a construção da casa de reza e reduzido o exercício das práticas rituais enfraquecendo o grupo que se tornou mais vulnerável e exposto a crises e doenças.

A importância central da vida ritual para os Nandeva se expressa na persistente procura de um dirigente espiritual disposto a se fixar, junto a seus familiares no Tekoha Jevy, que esbarra nas limitações presentes na área em estudo que possam garantir condições adequadas para a nova família se assentar, como confinamento do grupo e solos impróprios para a agricultura itinerante e plantios de *avatxi ete*, e as dificuldades de acesso aos recursos da mata necessários para o desenvolvimento das atividades rituais.

A mobilização da família extensa para regularização fundiária da área de ocupação tradicional tem funcionado como disparador da busca de fortalecimento individual e coletivo,

com a construção da casa de reza, a intensificação das praticas rituais e a iniciação xamanica de Jorge, filho de Demécio e Teofila.

Em 2008, durante o trabalho de campo do GT, enquanto a casa de reza estava sendo construída, em espaços subsidiários como a área externa da cozinha comunitária, a partir do por do sol, eram praticados os *jeroky*⁸⁰, a dança ritual e as rezas-cantos. Com o *tamoi* Demécio na frente com o adorno de penas e o *mbaraka* (chocalho) nas mãos, entoando os cantos-rezas, os Ñandeva, formando duas filas paralelas, uma de homens e outra de mulheres segurando o *takuapu* (bastão de ritmo em bambu) dançavam ao longo da noite, em busca da comunicação com os deuses para proteção e fortalecimento.

A ritualização das atividades do calendário agrícola e das demais praticas de produção da vida no tekoha, é incentivada pela atuação da liderança xamânica cujo papel é fundamental na interpretação das dinâmicas cósmicas, na orientação das condutas dos indivíduos e do coletivo, e na formação, saúde da pessoa e equilíbrio emocional do grupo, por meio de *Ñemongarai*, dos processos de cura e do diagnóstico e combate à feitiçaria (MURA, 2006).

O aprendizado de saberes e técnicas, as viagens oníricas onde se recebem os cantos-rezas e os conhecimentos necessários para o aperfeiçoamento, ocorrem durante um longo, não necessariamente continuado, processo de formação xamânica. Os *Nhanderu* e *Nhandesy* são as denominações atribuídas aos líderes espirituais que alcançam os níveis mais elevados de poder xamânico e presidem os grandes rituais do *Ñemongarai*, *Avatxikyry* (com o *mborahei puku*, o canto longo) e os *jeroky guasu*, que geralmente acompanham as *aty guasu*.

Cabe ao xamã se comunicar com as divindades das quais recebe os cantos e rezas (*ñembo'e*) propiciatórias; familiarizar-se com o mundo dos espíritos-donos (*járy*) dos seres do mundo terreno e transmitir os conhecimentos adquiridos, especialmente no interior do espaço familiar, como no caso dos saberes - fazeres repassados pelo *avuelo* Emilio ao grupo Ñandeva do Tekoha Jevy; e cuidar dos infortúnios, nos processos de cura.

O papel dos líderes xamânicos guarani, guardiões da memória da tradição, tem sido fundamental para fortalecimento (*mbarete*) dos indígenas nas lutas para a retomada de seu território tradicionalmente ocupado. Os conhecimentos e aconselhamentos dos xamãs servem como parâmetro para os indivíduos, auxiliando-os na compreensão e comparação com outros quadros de valores, saberes, práticas e técnicas, adquiridos ao longo das experiências de contato

⁸⁰ Conforme Mendes (2007:187) a música Ñandeva consiste em uma grande variedade de sons nasalizados emitidos pelo pajé, chamados *guau*, "canto de los indios", de acordo com Montoya (1876), sendo este o nome dado também à dança. Entretanto, entre os Ñandeva do Tekoha Jevy foi constatado o uso do termo *jeroky* para a dança, compartilhado com os Mbya.

interétnico, elaborando estratégias que lhes permitam continuar vivendo e se fortalecendo de acordo com seu quadro moral e normativo.

A vida ritual dos Nandeva se concentra, mas não se esgota no *tekoha*. Ultrapassando os limites dos aldeamentos⁸¹, nas grandes cerimônias com suas redes de reciprocidades, convergem e se articulam os *tekoha* ritualizando o território-mundo guarani.

Garantir a vida ritual no Tekoha Jevy implica na posse plena e exclusiva de lugares necessários ao processo de formação e exercício xamânico, representados, entre outros, pelas matas onde se encontram as criações divinas e os recursos para exercícios, curas e cerimônias, e na disponibilidade de amplas áreas idôneas para a agricultura itinerante para o cultivo do milho guarani.

Jeroky



Dança ritual Nandeva no Tekoha Jevy

5.3. LOCAIS SAGRADOS, SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E CEMITÉRIOS

Na comunicação com o mundo divino os xamãs recebem as revelações sobre os lugares onde pequenos grupos de famílias irão fundar os aldeamentos sendo estes locais reconhecidos

⁸¹O *tekoha* pode ser considerado mais um definidor de limites da família extensa.

como ocupações de antepassados que habitaram o litoral deste os tempos antigos. Vestígios de ruínas e formações rochosas representam, para os Guarani, marcas do trabalho de antepassados que viveram nestes locais e conseguiram alcançar a plenitude (*aguije*), tornando estes lugares sagrados e referência para estabelecimento dos os *tekoha porá*.

No Tekoha Jevy encontra-se um destes vestígios numa formação rochosa denominada *tava mirim* para os Mbya e *oghã ita guiguá* para os Ñandeva. Conforme relatos dos Mbya moradores do antigo tekoha, para este lugar sagrado, investido de atributos míticos, se deslocava diariamente Agemiro, líder do grupo, para entoar suas rezas-cantos, buscando adquirir forças para seguir no caminho dos antepassados, alcançando a morada eterna.

"No Rio Pequeno tinha tava, uma pedra com dois buracos que parecem janelas. Meu pai (Agemiro) no passado ele não deixava um dia, mas rezava e rezava mesmo, só na palavra dele ele falava que tava querendo ir pro espaço buscar poder pra ir embora daqui desta terra pra uma terra sem mal [...]" (Aparício, informação verbal, 2008).

A cobertura de Mata Atlântica é prerrogativa dos ambientes onde os Guarani buscam criar os *tekoha porá*, já que estes lugares abrigam as espécies da flora e da fauna nativas, consideradas criações divinas a eles destinadas para viver e se reproduzir no mundo terreno. Alguns locais da mata onde existem espécies tidas como manifestações do sagrado, requerem como atitude, se abster do uso e manejo para sua conservação e proteção em termos de salvaguarda de sua inviolabilidade. Estes locais denominados de *ka'aguy poru ey* (LADEIRA, 2004: 10) são tidos como "intocados" e "intocáveis", tendo densa cobertura vegetal da Mata Atlântica.

A presença ancestral do povo Guarani ao longo do extenso território entre a costa Atlântica e as bacias dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai, e entre o Trópico de Capricórnio e o Rio da Prata, apesar das enormes perdas provocadas pelas investidas coloniais com edificações, pavimentações, inundações, soterramentos, entre outros, é atestada pelo cerca 3.000 sítios arqueológicos identificado e atribuídos aos Guarani (LA SALVIA & BROCHADO, 1989).

Análises dos achados de cerâmica indicam escassa variação de forma, produção, ornamentação, apontando para continuidade de sua cultura material ao longo de um período superior a 1.500 anos em diversas áreas ou sub-regiões, sugerindo a reprodução de um peculiar estilo tecnológico (NOELLI, 2004). Análises mais recentes (MONTICELLI, 2007), mostram que a modificação de alguns aspectos da cerâmica guarani é expressiva da capacidade e vontade de inovação, contribuindo para a compreensão de sua continuidade, unicidade e diversidade.

As pesquisas arqueológicas contribuem para identificar a antiguidade da ocupação do litoral por parte de povos de família linguística Tupi- Guarani remontando ao século II D.C.

(FAUSTO, 2000:72). No litoral fluminense, no município de Paraty, constam 77 sítios arqueológicos localizados em áreas rurais, urbanas, ilhas e praias, com cadastro no IPHAN/RJ⁸².

Além de uma análise aprofundada da localização e época destes sítios contribuindo para historia indígena do município, é necessário intensificar pesquisas no vale do Rio Pequeno, tendo em vista os vestígios arqueológicos de cerâmica encontrados pelos Nandeva, indicativos de ocupações pretéritas e imemoriais. Os achados foram encontrados nas escavações da área da extração de areia para construção civil, localizada na baixada da Terra Indígena Tekoha Jevy. Além dos danos ambientais provocados na área, o empreendimento poderá ser responsável pela destruição de um sítio arqueológico, cuja área precisa ser urgentemente preservada.

Devido à ausência de arqueólogo na equipe do GT, não foi possível realizar uma avaliação técnica dos vestígios que aguardam providencias e averiguações sobre o patrimônio arqueológico presente na localidade. Os achados foram entregue ao então chefe de Posto, Cristino Aparecido Cabreira Machado, para que acionasse o IPHAN e comunicasse sua ocorrência ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, com fotos em anexo. A coordenadora do GT, por sua vez, fortaleceu a demanda de intervenção do MPF/RJ através de correspondência eletrônica com documentação visual anexa. Conforme Diagnostico Socioambiental realizado pela equipe da FUNAI em 2015, não houve providencias em mérito até o presente⁸³.

⁸² http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php. Acesso em 29/12/2015

⁸³ A realização de um inventário sobre os sítios arqueológicos que se referem à ocupação Guarani no litoral sudeste por parte do Centro de Trabalho Indigenista, em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN poderá contribuir para estimular o interesse para estudos específicos na área em questão.

Achados arqueológicos



Peças coletadas na área da extração de areia na baixada da Terra Indígena Tekoha Jevy

Não consta a existência de cemitério no antigo tekoha de ocupação mbya na sub - bacia do Rio Pequeno, pois conforme relatos coletados entre os antigos moradores do tekoha ocorreram duas mortes durante o período de ocupação da área, sendo que ambos os defuntos (uma criança e uma mulher adulta) foram enterrados no cemitério da cidade de Paraty. Na retomada da área, na ocorrência da morte do *avuelo* Emilio, os Ñandeva reservaram um local para o cemitério numa área em declive próxima do espaço das moradias, sendo de fundamental importância na definição do tekoha o lugar onde estão enterrados seus fundadores e antepassados.

Os defuntos são enterrados com a cabeça voltada para leste em direção ao sol nascente, no caminho da morada eterna e com suas roupas de uso cotidiano. Após uns dias de vigia, o lugar é esvaziado, sendo que os espíritos dos mortos podem aparecer ainda em sonho solicitando aos familiares que lhes tragam juntos às covas pertences dos quais gostavam e sentem saudade. Os pedidos são prontamente atendidos, já que os Guaraní se preocupam para que a alma corporal não se transforme em *angue* e possa atormentar os vivos, como alma penada que ronda a aldeia à noite.

Cemitério



Sepultura de Emilio Mendonça



Localização do cemitério

“É o lugar definitivo, vamos dizer assim. Eu também, eu acho assim que nós, que a gente tem que continuar aqui porque a história dele ficou aqui nessa aldeia e também, outra coisa também, que ele foi sepultado aqui, então a gente tem que continuar aqui, tem que cuidar desse lugar e ele junto com a gente” (João, informação verbal, 2008).

Dando continuidade aos movimentos migratórios em direção ao leste, guiados pelo líder xamânico Emilio Mendonça, os Nandeva retomam o antigo tekoha à beira mar, no limite do mundo terreno, ocupado pelos antepassados e reconhecido, pelas suas condições geográficas, ecológicas e simbólicas, como lugar ideal para realização do modo de ser e devir guarani.

Neste lugar termina o caminho terreno do líder espiritual na busca do lugar eleito, onde sua sepultura passa a constituir um marco de identificação territorial. Conforme os Nandeva, Emilio continuará guiando, através dos sonhos e demais formas de comunicação entre os espíritos proporcionada pelas praticas rituais, a família extensa responsável para proteger e salvaguardar o lugar para gerações futuras e continuidade do mundo terreno.

As possibilidades do Tekoha Jevy se perpetuar como *tekoha porá* se encontram seriamente ameaçadas desde o abandono temporário do antigo tekoha, por parte dos Mbya nos anos de 1960, em função das práticas de esbulho renitente, com desmatamento, extração ilegal de madeira e palmito, caça predatória, poluição de rios e nascentes, assoreamento de cursos de

Prova
2015

água e imóveis rurais em progressivo crescimento, aumentando o número de moradores não indígenas na área identificada.

A condição de confinamento das unidades domésticas ñandeva, afetadas em seu desenvolvimento como unidades de produção e consumo, incide no equilíbrio individual e coletivo e nas possibilidades de crescimento populacional do grupo, inviabilizando o assentamento de novos núcleos familiares. Dificuldades na produção dos cultivos sagrados têm incentivado as trocas entre aldeamentos sem, no entanto, garantir a realização dos principais rituais que celebram o ciclo de vida das sementes e das crianças.

Estas situações, agravadas por pressões e ameaças, se estendem às áreas de matas, onde são agredidos os ecossistemas com a diminuição das espécies da flora e da fauna, incidindo de forma vital sobre a manutenção do modo de ser indígena. A preocupação constante dos Ñandeva com a conservação dos ambientes para a manutenção do *tekoha porá*, se expressa na intensificação das danças (*jeroky*) com rezas-cantos (*ñembo'e*) e no investimento da família extensa na iniciação xamânica de seus membros, para que se revigorem os pressupostos éticos e morais (*teko porã*) para a manutenção de uma conduta sagrada (*teko marangatu*) para que a terra (*yvy*) não sofra e venha a ser destruída (MURA & ALMEIDA, 2002).

Esta conduta se traduz nas relações de profundo respeito com as criações divinas que habitam os ambientes do Tekoha Jevy, na salvaguarda de matas intocadas, nas práticas sustentáveis de manejo das espécies e nas estratégias de restrição ou até de não uso de recursos em ambientes ameaçados, tendo em vista sua proteção e preservação para gerações futuras.

As transformações ocorridas no tekoha, entretanto, não afetam as referências territoriais dos Ñandeva e as formas de ocupação tradicional, salvaguardando saberes e práticas através do cuidado no manejo dos recursos e buscando recuperar ambientes ameaçados para garantir sua salvaguarda necessária à duração do modo de ser guarani.

Conforme sua sociocosmologia, seguindo a orientação leste-oeste, a área da baixada constitui referência do tekoha como o ambiente para assentamento dos núcleos familiares com a edificação central da *opy*, para convergência da vida ritual, fortalecimento da organização social e da memória territorial na proximidade do espaço das moradias do antigo tekoha. No extremo oeste da terra indígena, a referência territorial é constituída pela casa de pedra (*tava* ou *ogha ita guiguá*) como local sagrado, indicio da presença dos antepassados que constitui elemento de identificação mítico-histórica do lugar eleito para criação do *tekoha porá*.

5.4. AÇÕES DE MITIGAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

As práticas e os saberes constitutivos da ocupação tradicional ñandeva são referência fundamental para garantir a posse plena e exclusiva dos Ñandeva e para planejamento de ações de mitigação dos impactos socioambientais gerados pela ocupação não indígena, consolidando os direitos à saúde, educação e segurança alimentar e nutricional (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

O fortalecimento da articulação com os outros aldeamentos e associações guarani é necessário para que as unidades domésticas do Tekoha Jevy, através da troca de sementes guarani e outras espécies de seu regime alimentar possam desenvolver os cultivos tradicionais, e contribuindo para sua segurança alimentar e nutricional.

A diversificação das atividades produtivas se tornou necessária para a família extensa ao longo da trajetória de esbulho renitente, desmatamento, degradação dos ambientes e restrições de acesso ao seu território. Além da produção e venda de artesanato na cidade de Paraty, pode ser facilitada a venda direta no tekoha, sendo anseio do grupo comercializar o artesanato num quiosque a ser construído nas proximidades da rodovia Rio-Santos, como ocorre nas aldeias mbya no Espírito Santo, facilitando o acesso dos turistas e o aumento desta fonte de renda estratégica na diversificação das atividades produtivas voltadas à autossustentação.

Podem ser realizadas atividades articuladas com ações de recuperação da qualidade da água, da cobertura vegetal e conservação do solo, imprescindíveis para desenvolvimento das atividades produtivas e bem estar do grupo, como a implantação da piscicultura, aproveitando e recuperando ambientalmente o lago formado pela extração de areia da calha do Rio Pequeno, e contribuindo para segurança alimentar e nutricional dos indígenas.

A sobreposição parcial entre a Terra Indígena Tekoha Jevy e o PARNA Serra da Bocaina constitui um fator crítico na preservação da Mata Atlântica, sendo este um objetivo comum de ambas as categorias (TI e UC) que constituem Áreas Protegidas. A fragilidade da gestão e fiscalização na Unidade de Conservação se tornou evidente com a frequência das atividades predatórias e degradação dos ambientes, sendo que para sua recuperação são de grande valia saberes e práticas de manejo sustentável dos Ñandeva, como plantio de mudas de espécies nativas, sistema agroflorestal, e regeneração dos recursos ameaçados através da isenção de seu uso. Desta forma aos indígenas é garantida sua autonomia sobre a TI constituindo uma barreira frente novas ocupações e para a contenção de usos ilegais da fauna e da flora (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Numa direção diferente da pretensa incompatibilidade defendida por setores do ambientalismo entre sócio e bio diversidade, e reconhecidos os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas, a Lei 9985/2002 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – ao propor diretrizes a serem adotadas para a regularização das superposições entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação prevê na regulamentação do artigo 26 a gestão compartilhada “quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

O diálogo interinstitucional junto às lideranças indígenas e outros parceiros, é imprescindível para construir de modo consensual uma proposta de gestão compartilhada da Unidade de Conservação, amparada nos marcos legais das políticas ambientalistas nacionais.⁸⁴ Entre as instancias participativas que proporcionam este dialogo interinstitucional destaca-se o Conselho Consultivo do Mosaico da Bocaina sendo que lhe compete se manifestar sobre propostas de soluções para os casos de sobreposição de unidades, conforme indicado no Regimento do Conselho⁸⁵ (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Trata-se de um fórum importante para assegurar a proteção necessária diante dos impactos e ameaças à conservação ambiental das terras indígenas presentes no território de abrangência do Mosaico da Bocaina, conforme disposto nos artigos 4º e 7º da Convenção n.169 da OIT (1989) ratificada pelo Governo Brasileiro em 2004 tendo poder vinculatório, e recomendada no artigo 29 pela Declaração das Nações Unidas dos direitos dos povos indígenas (2007) que trata da proteção e salvaguarda dos aspectos ambientais dos territórios indígenas.

Atendendo ao disposto no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, outra instancia de diálogo e articulação para os Nãndeva do Tekoha Jevy é constituída pelo Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, com participação ainda de um representante da FUNAI e de outros gestores públicos, para compartilhar e construir soluções para a gestão territorial da terra indígena, a partir de

⁸⁴ Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº. 9.985/00), Plano Nacional de Biodiversidade (Lei nº. 4.339/02), o Plano Nacional de Áreas Protegidas (Decreto nº. 5.758/06).

⁸⁵ Cabe destacar, a este respeito, a Instrução Normativa n. 9 de 05/12/2014 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que “Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais”.

problemas comuns, entre eles, o turismo dentro de áreas protegidas. Nestas instancias a contribuição dos saberes e praticas que pautam o modo tradicional de ocupação indígena e a atuação direta dos Nãdeva são fundamentais para construção e efetivação do conjunto de políticas públicas articuladas com a ação de sensibilização para preservação da Mata Atlântica.

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) firmada pelo Decreto nº 7.747, de 5 de julho de 2012, ganha destaque neste contexto uma vez que investe em iniciativas e experiências desenvolvidas em conjunto por povos indígenas, o Estado brasileiro e instituições e organizações parceiras. A peculiaridade do PNGATI em seu processo de definição de objetivos, metas e formação, se situa no âmbito do reconhecimento e valorização da gestão ambiental e territorial já realizada por estes povos em suas terras.

No campo das políticas de patrimonialização, cabe articular o patrimônio ambiental, material e imaterial, sendo urgente, nesta direção, a salvaguarda do sitio arqueológico na baixada da TI Tekoha Jevy a ser realizada, com o acompanhamento efetivo do Ministério Público Federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, envolvido na parceria com o Centro de Trabalho Indigenista para a realização de um inventário sobre os sítios arqueológicos que se referem à ocupação Guarani no litoral sudeste.

Quanto aos programas educacionais, a parceria com os órgãos públicos – municipal e estadual – e o acompanhamento do Ministério Público Federal, deve ser abrangente, incluindo ações de caráter ambiental e a garantia do acesso à educação escolar dos alunos nãdeva até a implementação efetiva da educação escolar indígena na Terra Indígena Tekoha Jevy, e a inserção dos professores indígenas nos quadros profissionais das Secretarias de Educação.

No âmbito das políticas de saúde, a promoção de condições plenas para o atendimento das famílias guarani do Tekoha Jevy, deve ser assegurada com a participação efetiva dos indígenas no Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI Litoral Sul, do Pólo Base de Saúde Indígena Angra dos Reis, e com melhoramentos na infraestrutura, implantação do posto de saúde, e garantia de equipe médica multidisciplinar.

PARTE VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

6.0. A OCUPAÇÃO NÃO INDÍGENA NA ÁREA EM ESTUDO: DESCRIÇÃO DAS ÁREAS OCUPADAS E NATUREZA DESTAS OCUPAÇÕES

A ocupação não indígena na sub-bacia do Rio Pequeno está relacionada aos ciclos socioeconômicos do município de Paraty. No século XVIII a região ocupava posição de destaque durante o ciclo do ouro, com significativos índices populacionais e, com a valorização do açúcar, numerosos engenhos que funcionavam na base da mão de obra escrava na região que possuía uma rede de rios e canais navegáveis, facilitando o transporte da produção para o porto exportador. Os meados do século XIX foram o período do ciclo do café que trouxe prosperidade econômica à região (BRASIL, 2002).

O monocultivo de café chegava ao seu auge no planalto da Bocaina em 1850, seguido de um franco decréscimo, em função de pragas e esgotamento do solo já nas primeiras décadas do século XX (BRASIL, 2002). Um longo período de isolamento e decréscimo populacional do município de Paraty, afastado das rotas de intercâmbio comercial marcava um ciclo de estagnação econômica, dominando a economia de “subsistência” da pesca artesanal e da pequena produção de aguardente. A via de transporte ficava restrita à estrada Paraty – Cunha, utilizável somente durante a estação seca. A ligação com Angra dos Reis ocorria por via marítima e a região entre Ubatuba e Paraty não tinha estrada, sendo coberta por floresta densa.

Conforme a memória oral de antigos ocupantes não indígenas da área identificada, remontaria ao início do século passado a chegada de seus avós para morar e trabalhar na região, onde, após a queda da produção de café, passou a predominar o monocultivo de banana que, na década de 1960, se tornava a principal atividade agrícola da região enquanto o vale do Rio Pequeno, na década de 1990 constituía a maior área de plantação de bananas do estado (GOMES, 2004).

O trabalho sazonal nos bananais era realizado através da contratação de moradores locais como mão-de-obra temporária para a coleta e transporte de bananas até localidades próximas de onde os produtos eram levados para Rio de Janeiro. Cabe lembrar que nas décadas de 1950 e 1960 também os Mbya que habitavam a Bacia do Rio Pequeno trabalharam nos bananais como

mão-de-obra temporária. Conforme Relatório Fundiário (2015) ⁸⁶, as bananas eram transportadas no lombo de mulas por trilhas entre as pedras que escoavam toda a produção da região.

Além do desmatamento para abertura de áreas para os bananais, o monocultivo intensivo e extensivo provocou empobrecimento do solo. Segundo Gomes (2004) isso justifica a condição atual da região como floresta alterada, com desmatamento intenso por todas as margens do Rio Pequeno e seus afluentes e a ocorrência espontânea de bananeiras por toda a região como resquício deste ciclo econômico. O padrão de ocupação nesta época apresentava como característica a disposição em corredores, acompanhando os rios principais (e seus afluentes) e/ou as vias de acesso (caminhos e trilhas) e a paisagem da região era de modo predominante rural.

Entre as décadas de 1970 e 1990, com o declínio do preço da banana, iniciou-se um novo ciclo econômico através da pecuária de corte, com pastagens inicialmente criadas nas áreas abertas pelos bananais. Atualmente é na porção oeste da área identificada, em maiores cotas de altitude, relevo mais acidentado e acesso mais difícil, por meio de trilhas e pontes em péssimo estado de conservação e segurança, que se destaca a pecuária bovina, como principal atividade econômica da região.

O pastejo é feito nos topos e encostas de morros, com cercas descontínuas de arame farpado que se otimizam com o relevo, a vegetação e a hidrografia, a divisão dos pastos e propriedades, dificultando sobremaneira a identificação dos imóveis (RELATORIO FUNDIARIO, 2015). Entre os imóveis identificados e codificados como Laudo Fundiário (LF), constam 4 sítios onde é realizada a pecuária de corte. Estes sítios foram criados no período entre 1965 e 1987 e no conjunto totalizam uma área de 284,8 hectares.

Durante os estudos, a equipe do GT observara ainda locais de pastagem na área, formados a partir da supressão das matas ciliares, dentro dos limites do PARNA Serra da Bocaina, em áreas próximas às nascentes dos afluentes do Rio Pequeno. O escoamento de dejetos da pecuária intensiva contaminava severamente os cursos d'água que abasteciam as moradias dos Nandeva e dos antigos ocupantes não indígenas a jusante desta área.

Os locais de pastagem acarretam vários danos ambientais, como o pisoteio que leva à compactação do solo, comprometendo a permeabilidade hídrica e promovendo maior erosão. O uso e preservação dos recursos hídricos da TI são entre as maiores preocupações dos Nandeva,

⁸⁶ A Portaria nº 416/PRES/FUNAI, de 20 de maio de 2015 constituiu Grupo Técnico para “realizar os estudos de natureza fundiária e cartorial necessários à identificação e delimitação da TI Tekoha Jevy, no município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro”.

sendo elemento vital de pertencimento territorial e imprescindível para sua reprodução física e cultural.

Em meados de 1960, através do Decreto 58.077 de 24/03/1966, o município de Paraty tornou-se Monumento Nacional, aumentando a abrangência do Tombamento que passou a incluir, além da zona urbana, toda a zona rural (GOMES, 2002). A preocupação em preservar não se limitara, na época, ao acervo histórico incluindo também a *mata circundante* (ALMEIDA, 1997), impedindo desmatamentos e cortes de vegetação.

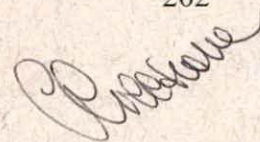
Neste contexto foi instituído o Parque Nacional da Serra da Bocaina através do Decreto Federal nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971, com área de 134.000 ha, sendo posteriormente modificada pelo Decreto Federal nº 70.694, de 08 de junho de 1972, totalizando uma área de 104.000 ha, sendo 60% no Estado do Rio de Janeiro e 40% no Estado de São Paulo.

Entre a TI Tekoha Jevy e o PARNA Serra da Bocaina há sobreposição parcial de aproximadamente 1.528 hectares, cerca de 60% da área em estudo e 1,47% da área do Parque. A sobreposição ocorre numa área zoneada pelo Plano de Manejo do PARNA em 2002, como Zona de Recuperação, onde há muitas ocupações humanas, com ecossistemas degradados. Essa zona é considerada provisória, tendo em vista que, após a restauração das condições naturais, poderá ser reincorporada como zona permanente do PARNA (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

No Encarte 1 - Informações gerais do Parque Nacional da Serra da Bocaina - do Plano de Manejo do PARNA aprovado pelo IBAMA em 2002, constava que “Em levantamento realizado pela EMATER-RIO, no município de Paraty, em 1997, continuavam a residir, no interior do Parque, cerca de 950 agricultores na sua maioria posseiros”.

A presença de várias ocupações não indígenas na área a montante do braço principal do Rio Pequeno, na Zona de Recuperação, foi observada nos períodos de campo do GT, sendo que o Relatório Fundiário, em função das dificuldades encontradas no processo de identificação destes imóveis rurais, identificou somente quatro (4) ocupações não indígenas na área da TI em sobreposição com o PARNA. Duas (2) áreas de pastagem para pecuária foram já citadas e registradas no Relatório Fundiário de 2015 (ocupantes LF 2 e LF3); uma (1) outra área também foi registrada em 2015 (LF 28) com data de ocupação em 2010; e uma (1) área permaneceu sem especificações e sem registro em 2015. O total da área destas ocupações aponta a 142,66 hectares, o que não exclui a presença de outras ocupações pelos motivos expostos anteriormente.

Além dos imóveis rurais, principalmente vinculados à pecuária praticada de modo irrestrito em áreas de proteção permanente (nascentes e margens do Rio Pequeno), a degradação ambiental das matas e dos cursos de água pode ser agravada com a falta de proteção e de ação



sistêmica de fiscalização da estrada que percorre adjacente o Rio Pequeno e da trilha de acesso a Pedra da Macela, rota conhecida entre os ecoturistas da região, situada numa das áreas de frequente acesso do Parque. Cabe lembrar que, ao longo da trilha, na área identificada, está localizada a Casa de Pedra, reconhecida como morada dos seus antepassados (*tava* ou *ogha itá guiguá*), que é de grande valor simbólico para os Nandeva da TI Tehoha Jevy preocupados com a exposição do local ao turismo em expansão na região.

A fragilidade da gestão e fiscalização do PARNA como órgão de Proteção Integral na área em sobreposição com a TI Tekoha Jevy se evidencia ainda pela persistência da prática da caça clandestina para fins esportivos, da coleta e comercialização de palmito, orquídeas e bromélias, para venda e a exploração de madeira de lei, com o uso de motosserra. Os responsáveis por estas atividades ilegais alcançam as áreas se utilizando da estrada principal que percorre o vale do Rio Pequeno, das trilhas e dos caminhos abertos dentro do Parque. A abertura de vias secundárias dentro da mata, para a circulação de ocupantes não indígenas, facilitou a entrada destas pessoas interessadas na extração e comercialização ilegal das espécies muito valorizadas nos comércios das cidades vizinhas.

Entre as evidências de impactos detectados pelos Nandeva constam o desaparecimento de espécies da fauna como a anta e o bugio e de aves como a seriema e o mutum. A caça predatória que ocorre na região, além de constituir uma ameaça para conservação das espécies, ao fazer uso de armas de fogo, inclusive engatilhadas nas armadilhas deixadas no meio da mata, representam situações de alto risco para os Nandeva que manejam estes ambientes com baixo impacto para a conservação da biodiversidade.

Considerando que ambas, a Terra Indígena Tekoha Jevy e a Unidade de Conservação PARNA Serra da Bocaina, constituem Áreas Protegidas ameaçadas, a situação de sobreposição se configura como dupla proteção destas áreas vulneráveis do ponto de vista socioambiental. Cabe lembrar, como já exposto na Parte V deste relatório, que em 2002 a Lei 9985 que instituiu o SNUC, propôs a adoção de diretrizes para a regularização das superposições e pra gestão compartilhada entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação (artigo 26). Em 2006 o SNUC instituiu o Mosaico Bocaina, com um Conselho Consultivo para a promoção da uma gestão participativa envolvendo setores governamental, privado e a sociedade civil, FUNAI, povos indígenas e comunidades tradicionais, cujas diretrizes foram regulamentadas com a Instrução Normativa n. 9 de 05/12/2014 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

A ocupação tradicional dos Nandeva da Tekoha Jevy gera impactos mínimos na UC, já que o extrativismo praticado é na maior parte de recurso vegetal não madeireiro e em pequena escala, como a coleta de palmito e sementes, cipós e taquaras, utilizadas na confecção do

artesanato, e a coleta das ervas medicinais. O manejo seletivo é sem corte raso da vegetação e esgotamento do recurso. Os saberes e práticas tradicionais dos Nandeva caracterizam um manejo sustentável dos recursos da Mata Atlântica, contribuindo, com sua autonomia na área, para regeneração dos ambientes ameaçados e para sua proteção frente novas ocupações e atividades predatórias.

As atividades impactantes de alto risco para a conservação dos elementos naturais na área de proteção ambiental em sobreposição, portanto, são praticadas por não-indígenas, como o extrativismo comercial de palmito, bromélias, orquídeas e outras espécies ameaçadas de extinção, a caça predatória por fins esportivos e comerciais, o desmatamento com uso de motosserra para venda de madeira, e com queimada para abertura de pastagens em áreas protegidas, o crescimento de imóveis e do turismo rural entre as principais e recorrentes ameaças à sociobiodiversidade.

O Tombamento do município de Paraty convertido em Monumento Nacional e a criação de Unidades de Conservação se tornaram condições propícias para que a elite local investisse no desenvolvimento da indústria turística (ALMEIDA, 1997) favorecida pela abertura da rodovia Rio-Santos na década de 1970. A estrada acarretava grandes mudanças no uso e ocupação do solo e desencadeava o crescimento do setor terciário no município e na região do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Na ocasião da construção da Rodovia Rio-Santos, nenhum estudo ambiental foi realizado, enquanto foram viabilizados empreendimentos turístico/imobiliários, a abertura de estradas secundárias, e o início da urbanização desordenada do meio rural e região costeira, com ocupação das margens dos rios, poluição pela emissão de efluentes domésticos, e uma série de processos erosivos do solo.

Houve corte raso da vegetação, aterro de corpos d'água, morros inteiros transformados em pedreiras, saibreiras ou caixas de empréstimo que até hoje não se recuperaram. Os cortes nos morros e encostas resultaram em numerosos aterros através do despejo de entulhos (PLANO DE MANEJO DA APA CAIRUÇU, BRASIL, 2004).

Este foi o momento de eclosão da comercialização livre das terras, chegando ao município pessoas interessadas na exploração econômica das áreas rurais (GOMES, 2002). Uma grande área de antigas fazendas e engenhos que se estendiam da localidade de Graúna, passando por Rio Pequeno, Barra Grande até São Roque tinha sido adquirida por um casal de imigrantes italianos. Parte deste empreendimento denominado "Fazenda Graúna" se encontra na área da baixada da TI no espaço das moradias e cultivos familiares do antigo tekoha sendo a localidade

atualmente utilizada para a criação de gado⁸⁷. A presença dos indígenas na época foi estratégica para os ocupantes não indígenas uma vez que servia para segurar a área e explorar sua mão de obra para a realização de benfeitorias, procedendo em seguida ao seu esbulho.

A década de 1990 representou um importante marco no desenvolvimento econômico regional, despertando interesses turísticos pela área em estudo, explorando o potencial turístico da Bacia do Rio Pequeno, com fragmentos de Mata Atlântica e sua biodiversidade, cachoeiras, vistas privilegiadas. O desenvolvimento do turismo rural e do ecoturismo passou a constituir uma alternativa econômica emergente para as áreas rurais no município de Paraty que tem no turismo litorâneo e histórico, sua principal fonte de renda.

A fragmentação de grandes propriedades em pequenos lotes e a expansão da atividade turística em áreas rurais marcaram o processo de ocupação desordenada do vale do Rio Pequeno, ainda em andamento, com intenso desmatamento em todas as margens do Rio Pequeno e seus afluentes (DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL, 2015), onde se encontram vários locais abandonados e outros cercados, ocupados por regionais e estrangeiros (*gringo*) que edificaram residências e empreendimentos turísticos.

Com as políticas de Reforma Agrária (Lei n.8629/1993) e a adoção de medidas para preservação dos remanescentes de Mata Atlântica, com a criação de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000 e Decreto 4340/2002/SNUC) se desencadearam intensos conflitos pela posse das terras no vale do Rio Pequeno e no limítrofe Rio Graúna que se acirraram com a expansão do turismo rural e a especulação imobiliária nestas localidades (GOMES, 2002).

A expansão territorial do turismo rural, no litoral do norte paulista e sul fluminense atinge as áreas ocupadas tradicionalmente por grupos guarani e encravadas na Mata Atlântica, acarretando danos ambientais, ameaças e impedimentos para os indígenas manejar os recursos de ambientes necessários para reprodução de seu modo de vida.

No Tekoha Jevy empreendimentos turísticos e residências de veraneio dificultam o acesso dos Nandeva a seus recursos e cursos de água, afetando o desenvolvimento de suas atividades produtivas, além de cachorros ferozes presentes nestes locais que já atacaram os indígenas ao longo do caminho para suas residências.

⁸⁷ A FUNAI, por meio da Diretoria de Proteção Territorial, encaminhou consulta formal ao INCRA sendo que não consta registro de desapropriação do imóvel citado.

Empreendimentos turísticos



Pousadas situadas dentro da área em estudo

Fonte: Google Earth, 2015 (Diagnostico Socioambiental, 2015).

O Relatório Fundiário (2015) identifica três (3) ocupações não indígenas incidentes na área identificada caracterizadas como empreendimentos turísticos (LF 12, LF 13 e LF 20). Nos dois primeiros casos, trata-se do mesmo ocupante estrangeiro (*gringo*) que reside num dos dois imóveis (LF12). Infelizmente faltam dados sobre o tempo destas ocupações, limitada à terceira (LF 20) que ocorreu em 2010, sendo o ocupante residente no local.

Para fins de datação dos primeiros dois empreendimentos turísticos incidentes na TI Tekoha Jevy, estes já constavam na etapa de estudos fundiários realizados em 2009. Faltam dados sobre o total da área destes empreendimentos, com um único dado referente à primeira ocupação, sendo de 16,4 hectares.

Desmatamento



Queimada em localidade próxima das roças e moradias dos Nandeva (2008)

Conforme informa o Relatório Fundiário (2015) a medição técnica ficou limitada a pouquíssimos imóveis, sendo os recibos de compra e venda e as certidões pouco confiáveis, inexistentes e, em alguns casos, os ocupantes desconheciam os seus limites e os confrontantes. Além disso, não pôde ser precisada a quantidade de pessoas residentes nas ocupações incidentes nem a área total dessas propriedades, sendo que algumas delas não têm divisas, conforme observação do cacique Demécio.

“Moro aqui há 10 anos e não sei o que é divisa, pois no Mato Grosso tudo tinha divisa e marco para saber onde começa e termina a terra” (Informação verbal, 2010).

Além de empreendimentos turísticos (pousadas), nas últimas décadas aumentaram os imóveis de veraneio e a especulação imobiliária na região, incentivando disputas fundiárias com o aquecimento do mercado de terras.

Durante os estudos a equipe do GT observou diretamente ações frequentes de desmatamento através de queimada e derrubada de madeiras com uso de motosserra para comercialização e abertura de novas ocupações, que se encontram ainda em andamento, tendo em vista loteamentos de terra no sopé da encosta onde se situam as casas e roças dos Nandeva.

O desmatamento ocorria em situação de ausência e/ou ineficácia de fiscalização do órgão gestor do PARNA que, vale lembrar, foi criado em 1971, posterior ao período de ocupação da área pelos Mbya, vindo se sobrepor parcialmente a esta. Muitas ocupações com atividades predatórias e desmatamentos estão localizadas dentro dos limites da Unidade de Conservação.

Na porção leste da área de estudo, a ocupação não indígena mostra parcelamento irregular de lotes, chácaras e muitas casas, geralmente sem exploração econômica, sendo residência e domicílio de ocupantes que normalmente trabalham em outras propriedades ou na cidade de Paraty (RELATORIO FUNDIARIO, 2015), com maior concentração destes imóveis nas proximidades da estrada que atravessa o vale do Rio Pequeno. Cabe destacar que a Prefeitura de Paraty planeja investir em infraestruturas para urbanização da área, identificada pelos moradores não indígenas como *Bairro Rio Pequeno*.

A crescente demanda por imóveis residenciais e a especulação imobiliária de empresas, estrangeiros e artistas em Paraty-RJ, tem fomentado o crescimento horizontal da cidade, tendo como consequência a valorização de áreas rurais como a sub-bacia do Rio Pequeno. A valorização turística da região e o aumento dos imóveis exigiram recursos para a construção civil que, localmente, vem sendo atendidos pelo empreendimento de extração de areia (LF 34) da calha do Rio Pequeno, na planície flúvio marinha do rio caracterizada por áreas alagáveis de grande importância para o regime hídrico do curso d'água. Segundo dados da Agência Nacional de Águas, um dos principais impactos sobre os rios da região tem sido a extração clandestina de areia para a construção civil, acarretando turbidez e desconfiguração dos leitos.

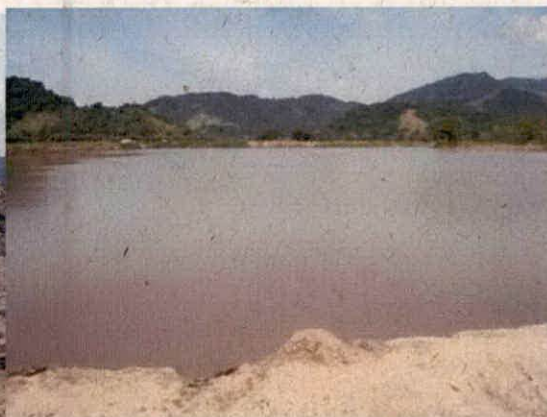
O empreendimento está localizado na entrada da estrada principal de acesso ao Tekoha Jevy, próximo e bem visível da rodovia Rio-Santos. Uma placa na área de extração informa sobre a licença de exploração da areia obtida junto aos órgãos ambientais competentes, sendo necessário averiguar o cumprimento das relativas condicionantes, necessárias para o exercício de uma atividade de alto impacto a conservação dos recursos hídricos da região, inclusive a anuência do órgão gestor do PARNA.

O empreendimento, criado em 2002, teve suas atividades varias vezes suspensas, persistindo na extração intensiva de areia, fonte de preocupação dos Nandeva devido à abertura e profundidade de uma lagoa artificial, que em 2010 tinha aproximadamente 5 hectares de lamina d'água, resultado da dragagem, com sérios riscos de comprometer o regime hídrico da planície de inundação do Rio Pequeno: "*O areal está afundando, estão furando, pode chegar no rio, e o rio estoura*" (Demécio, informação verbal, 2008).

Extração de areia



Extração de areia



Formação de lagoa,



Placa do estabelecimento localizado na entrada da estrada principal do Rio Pequeno.

Na época da pesquisa de campo, a equipe do GT não conseguiu ter acesso ao processo de licenciamento junto a FEEMA e DNPM, para verificar a estimativa da lavra de areia a ser minerada, bem como a vida útil da mesma, para entender as dimensões de uso da área em exploração.

Os vestígios arqueológicos encontrados na área da extração de areia, indicativos da presença de sítio, são de enorme importância para a história do povo indígena, podendo informar sobre ocupações ainda mais antigas, assim como para o patrimônio arqueológico do município. As informações a respeito destes achados assim como as ameaças à preservação do local foram comunicadas desde 2008 aos órgãos competentes para que fossem tomadas providências urgentes que infelizmente ainda não ocorreram.

Na baixada da área em estudo, além da extração de areia e da Fazenda Grauna, foi identificado outro empreendimento (LF 35) que na etapa de estudos fundiários realizados em 2009 aparecia com a denominação “Sac Real”, sendo que o ocupante não indígena do imóvel se

dedica profissionalmente à horticultura, com o plantio de tomate, berinjela, abóbora e mandioca, limitando o acesso dos Nandeva às áreas de pesca e de coleta de matérias primas.

A dinâmica das ocupações não indígenas na TI Tekoha Jevy reflete a trajetória das políticas de desenvolvimento (expansão imobiliária, turismo, agricultura) e de conservação (criação e gestão de unidades de conservação) no município de Paraty. Os estudos que destacam a presença de atividades de extrativismo animal e vegetal, desenvolvimento relacionado ao turismo, introdução de espécies exóticas, expansão urbana e industrialização, e uso intensivo da terra para monoculturas e gado, detectam ameaças à conservação da Floresta Atlântica, dentro e no entorno do Parque Nacional da Serra da Bocaina (GOMES et al., 2004; LINO & ALBUQUERQUE, 2007).

O modelo de desenvolvimento e conservação adotados e a fragilidades dos mecanismos de fiscalização e gestão da Unidade de Conservação, impactam de forma profunda a bio e sociodiversidade local, ameaçando o desenvolvimento do modo de vida dos Guarani e das comunidades tradicionais da região. As pressões geradas pelas ocupações não indígenas incidentes na área em flagrante crescimento, dificultam paulatinamente o manejo dos recursos imprescindíveis para reprodução física e cultural dos Nandeva, que se encontram diminutos em função das múltiplas agressões praticadas aos ambientes da área em estudos. A vulnerabilidade da situação dos Nandeva do Tekoha Jevy é agravada pelo cenário de ameaças e conflitos que se alastram na sub-bacia do Rio Pequeno em função da valorização das terras e da especulação imobiliária na região, sendo imperativa a posse plena e exclusiva por parte dos Nandevas dos ambientes que compõem a área identificada.

A este respeito cabe citar o informe do Relatório Fundiário (2015) sobre incidentes ocorridos nos últimos dias do trabalho de campo, com “ameaças veladas com o intuito de demonstração de poder e violência da região e de seus ocupantes acerca de conflitos agrários, e o bloqueio da estrada por um ocupante que exigiu que o laudo fosse queimado e posteriormente refeito”.

6.1. IDENTIFICAÇÃO E CENSO DOS OCUPANTES NÃO INDÍGENAS

O GT- FUNAI instituído pela Portaria nº. 416/PRES/2015 para realizar estudos de natureza fundiária e cartorial, localizou na Terra Indígena Tekoha Jevy 35 ocupações com aumento significativo em relação ao registro anterior referente à etapa de estudos realizada em

2009, que contabilizava 26 ocupações. A soma da área das atuais ocupações que puderam ser identificadas alcança 494,425 hectares.

As características das ocupações se mantêm similares àquelas registradas anteriormente que identificava, na época, 55 edificações em 21 imóveis rurais de natureza diversa, manejados por seus próprios donos e alguns com funcionários e meeiros. Foi contabilizado um total de 55 moradores dos imóveis incidentes na TI, necessitando ainda de averiguação, tendo em vista a significativa migração pendular assim temporária de moradores. Estes números, mesmo que aproximados, demonstram o processo de ocupação desordenada da área em estudo, atentando para o agravamento das perdas ambientais em curso.

Conforme informações obtidas junto ao Cartório de Paraty, não ha registro de imóveis na localidade do Rio Pequeno nem ações de usucapião, sendo em sua maioria posses muito antigas, sendo uma característica fundiária da região. Em função das tensões e ameaças detectadas na área, não foram utilizados nesta ocasião guias indígenas que auxiliaram a equipe do GT-FUNAI na localização dos imóveis incidentes na TI durante a etapa de estudos de 2008.

No quadro demonstrativo dos ocupantes não indígenas, ainda incompleto pelos motivos acima expostos, foram sistematizados os seguintes dados: identificação do laudo fundiário (LF); identificação dos ocupantes e numero de residentes; tempo de ocupação; identificação do imóvel; coordenadas geográficas; área do imóvel incidente na TI; município/UF.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE OCUPANTES NÃO-ÍNDIOS

TERRA INDÍGENA: TEKOA JEVY				MUNICÍPIO: PARATY			Nº DO PROCESSO:			
Nº DE ORD.	Nº DO LF	NOME DO OCUPANTE	RESIDE NO IMÓVEL (S/N)	Nº DE PESSOAS NA OCUPAÇÃO	TEMPO DE OCUPAÇÃO (MÊS/ANO)	NOME DO IMÓVEL	COORDENADAS GEOGRÁFICAS		ÁREA DO IMÓVEL INCIDENTE NA TI (ha)	MUNICÍPIO UF
1	1	Adão Alves Pacheco	Não	0	1965	Sítio Alto Bela Vista	23° 7'15.19"S	44°45'40.25"O	61,3	Paraty/RJ
2	2	José Pantoja Neto	Sim	3	1987	Sertão do Rio Pequeno	23° 7'8.50"S	44°46'8.95"O	103,8	Paraty/RJ
3	3	Nadir Ernestino	Sim	1	1982	Sítio Barra Toca da Madeira	23° 7'35.70"S	44°45'43.54"O	38,7	Paraty/RJ
4	4	Adão Alves Pacheco	Sim	1	1967	Sítio Alto Bom Destino	23° 7'14.70"S	44°45'18.45"O	81	Paraty/RJ
5	5	Hortêmio Alves Pacheco	Não	1	S/I	Sítio Passaredo	23° 7'4.75"S	44°44'34.47"O	S/I	Paraty/RJ
6	6	Susana Lima	Não	0	2014	Sem Denominação	23° 7'3.07"S	44°44'30.42"O	0,5	Paraty/RJ
7	7	Cleude Eliane de Oliveira	Sim	2	2010	Sítio Vale das Pedras	23° 7'5.47"S	44°44'8.37"O	5,92	Paraty/RJ
8	8	Fábio Luiz dos Santos	Não	0	1935	Sítio Jaqueira	23° 7'8.91"S	44°44'11.21"O	40	Paraty/RJ
9	9	Evaldo Braga	Não	0	S/I	S/I	23° 7'20.22"S	44°44'21.04"O	S/I	Paraty/RJ
10	10	Cristina Moraes Cabral	Sim	1	06/2013	S/I	23° 7'13.87"S	44°43'12.08"O	0,35	Paraty/RJ
11	11	Lauri Helena Freire de Oliveira	Sim	4	1965	Sítio Vale das Pedras	23° 7'7.68"S	44°44'1.05"O	5,92	Paraty/RJ
12	12	Holger Lassig	Sim	S/I	S/I	S/I	23° 7'6.95"S	44°43'49.10"O	16,4	Paraty/RJ
13	13	Holger Lassig	não	S/I	S/I	S/I	23° 7'14.79"S	44°43'53.16"O	S/I	Paraty/RJ

14	14	Rosilene de Carvalho	Sim	4	2001	S/I	23° 7'7.67"S	44°43'40.69"O	S/I	Paraty/RJ
15	15	André Luis da Silva Pacheco	Não	1	2010	Sem Denominação	23° 7'10.88"S	44°43'39.18"O	S/I	Paraty/RJ
16	16	Paulo César de Carvalho	Não	0	S/I	Sem Denominação	23° 7'11.35"S	44°43'38.28"O	S/I	Paraty/RJ
17	18	Carlos Roberto Silva	Sim		S/I	S/I	23° 7'11.05"S	44°44'45.36"O	S/I	Paraty/RJ
18	19	Aline Ferreira da Silva Vianna	Não	0	2014	Sítio do Major	23° 7'4.09"S	44°43'58.03"O	0,8	Paraty/RJ
19	20	Pietro Anello	Sim	2	2010	Sem Denominação	23° 7'12.04"S	44°43'45.71"O	S/I	Paraty/RJ
20	21	Benedito Aloísio da Conceição	Sim	1	2010	Sítio São José	23° 7'7.74"S	44°43'37.50"O	7,5	Paraty/RJ
21	22	Nahor Pimenta de Oliveira	Sim	1	1945	Sítio São José	23° 7'9.03"S	44°43'36.47"O	98	Paraty/RJ
22	23	Vanusa Santos de Oliveira	Sim	8	1970	Sítio São José	23° 7'11.60"S	44°43'35.24"O	S/I	Paraty/RJ
23	24	Paulo César de Carvalho	Sim	1	1987	Sítio São José	23° 7'12.95"S	44°43'31.62"O	0,03	Paraty/RJ
24	25	Cristiano Alexandrino de Souza	Sim	2	2012	Sítio São José	23° 7'14.61"S	44°43'30.15"O	S/I	Paraty/RJ
25	26	Keli do Amaral Jesuíno	Sim	3	2014	S/I	23° 7'15.69"S	44°43'12.87"O	0,125	Paraty/RJ
26	27	José Georges Pinheiro Gerales	Sim	3	2005	Chácara São Jorge	23° 7'15.40"S	44°43'10.95"O	0,12	Paraty/RJ
27	28	Juvercino Rosa de Jesus	Sim	3	2010	Sítio Santa Rosa	23° 7'19.12"S	44°43'16.35"O	0,16	Paraty/RJ
28	29	Antônio Carlos	Não	0		S/I	23° 7'19.56"S	44°43'16.79"O	S/I	Paraty/RJ
29	30	Rafael Sousa da Conceição	Sim	1	2009	S/I	23° 7'19.67"S	44°43'17.50"O	S/I	Paraty/RJ
30	31	Luciano Marcos Gomes	Sim	3	2005	Bar da Morena	23° 7'19.26"S	44°43'18.06"O	S/I	Paraty/RJ
31	32	Osmar Peres dos Santos	Não	0	2012	Sítio Boa Vista	23° 7'20.36"S	44°43'19.42"O	1,8	Paraty/RJ
32	33	Emerson de Oliveira	Sim	3	2005	Sítio Rio Pequeno	23° 7'13.41"S	44°43'37.73"O	32	Paraty/RJ

Recorrido

		Silva								
33	34	Fazenda Graúna	S/I	S/I	S/I	Fazenda Graúna	23° 7'19.08"S	44°42'35.92"O	S/I	Paraty/RJ
34	35	Francisco Pereira da Silva	Não	6	2002	Sítio do Rio Pequeno	23° 7'14.04"S	44°43'2.12"O	S/I	Paraty/RJ
35	36	Sérgio	Sim	S/I		Sítio do Adenis	23° 7'16.91"S	44°43'14.88"O	S/I	Paraty/RJ

Recebu

PARTE VII - CONCLUSÃO E PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA GUARANI ÑANDEVA TEKOKA JEVY

O Tekoha Jevy, situado na microrregião da Baía da Ilha Grande, mesorregião do Sul Fluminense, no litoral norte do município de Paraty, na sub-bacia do Rio Pequeno, representa de forma incontestável uma terra indígena guarani ñandeva de ocupação antiga e tradicional.

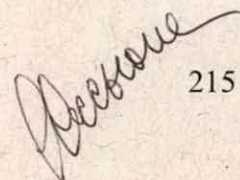
Como parte de seu extenso território (*yvy rupa*) que têm como único limite o mar, e comporta “os caminhos percorridos, os lugares ocupados pelos antepassados, as áreas sonhadas, os espaços temporariamente desocupados, os locais a serem ainda apropriados” (DARELLA, 2004), a área litorânea é ocupada desde tempos pré-coloniais por grupos Guarani de forma continua. A ocupação indígena se perpetua através de deslocamentos e movimentos migratórios em direção ao leste onde predomina o ecossistema da Mata Atlântica em busca das condições geográficas ecológicas e simbólicas, para criar o *tekoha porá* e viver segundo seu modo de ser.

No contexto da configuração e dinâmica territorial guarani, ocorreu a retomada, por parte da família extensa ñandeva, do antigo tekoha, ocupado pelos antepassados e em continuidade com grupos familiares migratórios, ligados por relações de parentesco.

Abandonado temporariamente pelo grupo de famílias guarani mbya em decorrência de esbulho violento praticado por ocupantes não indígenas, a área do antigo tekoha sofreu transformações em sua estrutura fundiária e profundos impactos socioambientais a partir da construção da rodovia Rio-Santos que viabilizou a ocupação e expansão desordenada do vale do Rio Pequeno.

A família extensa ñandeva, no processo de retomada, ficou confinada na área do antigo tekoha, com limitações de uso e manejo dos recursos necessários ao seu bem estar e a sua reprodução física e cultural, ameaçados em função do desmatamento e degradação das áreas, da crescente ocupação não indígena incidente na TI e da falta de fiscalização do PARNA da Serra da Bocaina em sobreposição parcial com a TI, inserida na Zona de Recuperação Ambiental do PARNA.

Impedidos de exercer seu domínio pleno sobre a área em estudo, conforme seu modo de ocupação e organização territorial, e num contexto de agravantes ameaças e tensões decorrentes da expansão e exploração predatória do ecossistema da região, os Guarani Ñandeva reivindicam a urgente regularização fundiária da TI Tekoha Jevy, no exercício de seus direitos originários e para sua posse plena e exclusiva sobre as terras habitadas de forma permanente, para garantia de acesso e conservação dos recursos ambientais que lhes são vitais e imprescindíveis para sua reprodução física e cultural.



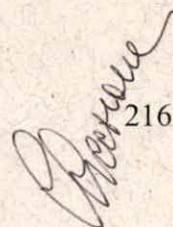
Instituído pela Portaria nº 113/PRES de 01 de fevereiro de 2008, da Presidência da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, conforme o artigo 231 da Constituição Federal, de acordo como artigo 4º do Decreto nº 7778, de 27 de julho de 2012, em conformidade com o Decreto nº 1775, de 08 de janeiro de 1996 e balizado pela Portaria MJ n. 14, de 09 de janeiro de 1996, e pela Portaria MJ n. 2498, de 2011, o GT/FUNAI, à luz dos resultados dos estudos realizados e após sua atualização e revisão, encaminha proposta de Identificação e Delimitação da **Terra Indígena Guarani Ñandeva Tekoha Jevy**, localizada no município de Paraty (RJ), ocupada de forma contínua e tradicional pelos indígenas, segundo seus usos, costumes e tradições.

Conforme disposto pela Constituição Federal de 1988 e pela Portaria MJ n. 14, de 09 de janeiro de 1996, foram identificadas áreas de ocupação tradicional, habitadas de forma permanente, utilizadas para atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar, e necessárias à reprodução física e cultural do grupo, segundo seus usos, costumes e tradições.

A proposta de delimitação configura uma área contínua dos ambientes que constituem o *tekoha* guarani, visando assegurar sua proteção e conservação socioambiental, para existência atual e das gerações futuras, na garantia de sua sustentabilidade e autonomia.

A área proposta mantém cobertura florestal, com diferentes formações características do domínio da Mata Atlântica, além de espaços de inundação e de planície costeira, com ampla biodiversidade em bom estado de conservação. Considerando as categorias de uso do solo, foram identificados os locais de maior relevância ambiental, as principais áreas de coleta de recursos manejados pelos indígenas assim como reservas de recursos, bem como os espaços que apresentam ameaças à conservação dos elementos naturais e às diferentes unidades ambientais.

Foram contempladas as áreas de ocupação tradicional destinadas ao assentamento das unidades domésticas, aos cultivos e as atividades extrativas, localizadas na planície de inundação da Terra Indígena, visando o abastecimento e qualidade da água, a garantia do sistema agrícola tradicional, da segurança alimentar e crescimento populacional da família extensa ñandeva. Ocupações incidentes na TI e seu crescimento nesta parte do antigo *tekoha* ameaçam o regime hídrico da TI – sendo os cursos de água referentes na espacialização da ocupação tradicional ñandeva – e os recursos existentes na área. Em função disso, os Ñandeva, confinados num espaço limitado, com condições impróprias para sua organização social e produtiva, e para novas moradias, enfrentam limitações no uso e manejo dos recursos necessários para sua reprodução física e cultural com agravos de sua vulnerabilidade.


216

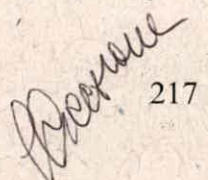
Foram considerados ambientes de ocupação tradicional como as capoeiras, áreas com presença única de espécies, e de mata alta cujos recursos são conhecidos e manejados de forma sustentável pelos indígenas para o desenvolvimento das atividades produtivas e conforme sua sociocosmologia, práticas e cerimônias rituais, processos de fabricação e cuidados com as pessoas. Estas áreas são de extrema importância para a conservação do equilíbrio social e ecológico necessários à manutenção do *tekoha*. Estão interligadas por trilhas, abrigam espécies pioneiras e reservatórios da fauna com diversas ilhas dos recursos, sendo essenciais, em sua integridade, para conservação das águas e do sistema hidrológico de Rio Pequeno.

As pressões decorrentes das ocupações não indígenas incidentes e das ações predatórias ilegais sobre as áreas de ocupação tradicional em sobreposição parcial com o PARNA Serra da Bocaina e no seu entorno, sobretudo no oeste e nas encostas da UC até as áreas de planície, no meio das matas e nas margens dos rios, nascentes e alagados, não estão sendo inibidas pela Unidade de Conservação, acarretando danos gravíssimos ao equilíbrio socioambiental da região e da TI, sendo a proteção e conservação dos recursos ambientais imprescindíveis para o bem estar do grupo.

Com o avanço das ocupações incidentes na TI e das atividades ilegais não inibidas pelo PARNA Serra da Bocaina, os indígenas têm sofrido ameaças, colocando em risco a segurança do grupo, sendo necessária a posse plena e exclusiva das áreas de ocupação tradicional e a salvaguarda e autonomia da TI como área de proteção ambiental, para o bem estar, reprodução física e cultural e segurança dos Nãndeva preocupados com a salvaguarda dos recursos que lhes são necessários, realizando formas de manejo sustentável que garantem a regeneração dos ambientes e contribuem com a conservação da sociobiodiversidade da região.

Diante do exposto, a equipe técnica elaborou a proposta de delimitação da área da Terra Indígena Tekoha Jevy, localizada no litoral norte do município de Paraty, na sub bacia do Rio Pequeno entre as localidades de Graúna e Barra Grande, margeada a Leste pela BR 101(Rio-Santos), no sentido norte-sul em uma extensão aproximada de 1.800m e cortada no sentido Leste-Oeste pela estrada do Rio Pequeno com 6 km não pavimentados, tendo aproximadamente 2.700 ha, e cerca de 27 km de perímetro. A Terra Indígena em questão estaria assim delimitada:

1) Limite Sul: divisor de águas do Rio Pequeno com o Rio Graúna, próximo a localidade Graúna, levando em consideração a zona denominada *Ka'agui Kué*; a área zoneada como *Takua'i* para ocorrência de uma única espécie de taquara; a área de residência e de entorno do antigo *tekoha (Tekohakué)* incluindo trilhas e alagados;

 217

2) Limite Norte, próximo à localidade Serraria até na zona *Ka'agui Eté*, margeando o rio, protegendo a mata ciliar;

3) Limite Oeste, na altura do 5º afluente do Rio Pequeno, na margem direita sentido foz-nascente com a área denominada *Ka'agui Kué* que segue até a margem do Rio Pequeno.

Diante do exposto, considerando que o Tekoha Jevy, parte integrante do território do povo guarani, constitui de forma incontestável uma Terra Indígena Guarani Ñandeva, atendendo aos quesitos estabelecidos constitucionalmente pelo Artigo 231 da Carta Magna de 1988, e cuja violação caracteriza o flagrante e violento processo de expropriação e descaracterização socioambiental na área, é da máxima urgência atender a reivindicação dos Guarani Ñandeva de regularização fundiária da área garantindo seus direitos à posse plena e permanente e usufruto exclusivo dos recursos nela existentes.

Procurador

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, R.F. THOMAZ DE 1991. Projeto Kaiowa-Ñandéva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos guarani-Kaiowa e guarani-ñandéva contemporâneos do Mato Grosso do Sul, 2 vol., dissertação de Mestrado, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Ri de Janeiro.

_____. 1998 .Relatório antropológico de identificação e delimitação da T.I. Potrero Guaçu (MS). FUNAI: Brasília. Mimeo.

_____. 2001. Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Ñande Ru Marangatu. Diário Oficial, Brasília, nº. 62-E, Seção 1, pp.3-6.

_____. 2006. Estudo Antropológico sobre situação dos Ava- Guarani e Guarani-Mbya relacionados ao Jakutinga/Okoy e dos Ñandéva /de Guaíra: extremo oeste do Paraná.

AQUINO, T.T.V. & IGLESIAS, M.P. 2005. Etnozoneamento: uma importante ferramenta de gestão ambiental em terras indígenas. PAGINA 20. Rio Branco-AC, 23 de outubro de 2005. http://www2.uol.com.br/pagina20/27112005/papo_de_indio.htm. Acesso em 16/02/2009

ASSIS, V. Soares de GARLET, I. 2004. Análise sobre as populações Guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. In CALAVIA SAEZ, Oscar (coord.) Revista de Índias, n. 230, vol. LXIV Madrid.

_____. 2006. Dádiva, mercadoria e pessoa: as trocas na constituição do mundo social Mbya-Guarani. Tese de Doutorado. PPGAS- UFRGS.

BALDUS, H. 1929. Ligeiras notas sobre os índios Guaranys do littoral paulista. Revista do Museu Paulista, XVI São Paulo, pp. 83-95

BARTOLOMÉ, M. A. 1977. Entre los Ava-Katu-Ete, Instituto Indigenista Interamericano, Serie Antropologia Social, 17, 153p, México.

BRAND, A. 2004. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. Revista Tellus, Campo Grande -MS ano 4, n. 6, p. 137-150.

BARTH, F. 1998. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. Araraquara, Ed. UNESP, pp185-228

BRASIL. 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Lei N° 9985

CADOGAN, L. 1949. Síntesis de la medicina racional y mística Mbya-guarani. – In: América Indígena. IX, N.º 01. México.

_____. 1950. “El culto al Árbol y a los animales sagrados en el folklore y las tradiciones Guaraníes”. América Indígena, 10 (4): 327-333.

_____. 1955. “Aves y alma de difuntos en la mitología guarani y guajakí”. Anthropos 50: 149-154.

_____. 1959. Como interpretan los Chiripá (Avá Guaraní) la danza ritual. Revista de Antropología 7.65-99.

_____. 1967/68. “Chonó Kbwá: aves e plantas en la mitología guarani”. Revista de Antropología. São Paulo, v.15-16.

CAMARGO MAIA, T.R. de & MAIA, T. 1975 Paraty. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

CHAMORRO, G. Terra madura, yvy araguyje : fundamento da palavra guarani. / Editora da UFGD, 2008

CHEROBIM, M. 1986. Os índios guarani do litoral do estado de são paulo: análise antropológica de uma situação de contato. Coleção Antropologia, 12. FFLCH- USP. São Paulo.

CICCARONE, C. 2001 Drama e sensibilidade. Migração, Xamanismo e Mulheres Mbya Guarani. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. PUC/SP, São Paulo.

CLASTRES, H. [1975]1978. Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani. São Paulo: Brasiliense.

CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL 1988.

COSTA, C. Zibel. 1989. Habitação Guarani – Tradição construtiva e mitológica São Paulo. FAU-USP.

COSTA, C. de Paiva Godinho. 2007. Apyngwa rupigwa: nasalização em Nhandewa-Guarani. Tese de doutorado. - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP [s.n.] (pdf)

Proctor
220

COUTINHO, M. R. 2005. Representações sobre saúde e doença entre os Guarani Nandeva. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 1091-95, set.-dez.

DARELLA, M.D. P. 2004. Territorialidade e territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina. Tellus, ano 4 n. 6, p. 79-110.

DEAN, W.J. 1996. A ferro e fogo: A história da devastação da Mata Atlântica Brasileira. Companhia das Letras.

DESCOLA, P. 2015. Além de natureza e cultura. Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 7-33.

DIAGNÓSTICO DO SETOR COSTEIRO DA BAÍA DA ILHA GRANDE. Subsídios à elaboração do Zoneamento ecológico-econômico costeiro. Versão Preliminar Volume I, SEMAM, INEA, Rio de Janeiro, 2015.

DOOLEY, R. A. 1998. Léxico Guarani, dialeto Mbya. Versão para fins acadêmicos Com acréscimos do dialeto nhandéva e outros subfalares do sul do Brasil. Brasília: Summer Institut of Linguistics (pdf).

_____. 2008. Apontamentos Preliminares sobre Nandéva Guarani Contemporâneo. Associação Internacional de Linguística - SIL Brasil Cuiabá – MT Reprodução da edição original de 1991. Arquivo Lingüístico, Summer Institute of Linguistics: Brasília, DF.

FUNAI/CGID/DAF. 2007. Memória da Reunião de Planejamento dos Estudos para Identificação e Delimitação das Terras Indígenas nas Regiões Sul e Sudeste do País: o Contexto Guarani e Tupi-Guarani (mimeo).

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAUDE- FUNASA- MS- <http://www.funasa.gov.br/>

FUNDAÇÃO PRÓ-BOCAINA/MMA-IBAMA. 2000. Mapa de áreas de ação específica. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Ministério do Meio Ambiente, Brasil.

_____. 2005. Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina. Ministério do Meio Ambiente, Brasil

FAUSTO, C.. 2000. Os Índios antes do Brasil. Coleção Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____ 2005 Se Deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). Mana, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 385-418.

FELIPIM, A. P. 2001. O sistema agrícola Guarani M'Bya e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: ESALQ, 120 p.

GALVÃO, E. (1996 [1943]). "Diários Kaioá" In Gonçalves, M. A. (org.), Diários de Campo entre os Tenetehara, Kaioá e índios do Xingu. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Museu do Índio-Funai

GARLET, I. 1997. Mobilidade Mbya: História e Significação. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GOLDMAN, T. 1959 Artesanato dos índios do litoral sul de São Paulo. In: Revista Anhembi. Ano IX. São Paulo.

GOMES L. J. 2002. Conflitos entre a conservação e o uso da terra em comunidades rurais no entorno do Parque nacional da Serra da Bocaina: uma análise interpretativa. Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP, Campinas.

_____ CARMO, M.S., SANTOS, R.F. 2004. Conflitos de interesse em Unidades de Conservação do município de Parati, Estado do Rio de Janeiro. Informações Econômicas 34, 17-27.

GURGEL, H. & EDELWEISS, A. 1973 Paraty, Caminho do Ouro (Subsídios para a História do Estado do Rio), Livraria São José, Rio de Janeiro.

HARTMANN, T. & NOVAES, S. CAIUBY, 1982. Estórias de bicho contadas por um Guarani. Publicações do Museu Municipal de Paulínia, n. 20. São Paulo.

IBGE, 2001. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. Rio de Janeiro

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J.P. 1989. Cerâmica Guarani. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura. 2 ed.

LADEIRA, M. I. 1984. Aldeias livres Guarani do litoral de São Paulo e da periferia da capital. In: Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração. YANKATU, Comissão Pró-Índio de São Paulo, São Paulo.

_____. AZANHA, G. 1988. Os Índios da Serra do Mar: a presença Mbyá- Guarani em São Paulo - Maria Ines Ladeira e Gilberto Azanha, CTI-Nova Stella - São Paulo.

_____. 1992. O caminhar sob a luz: o território Mbya à beira do oceano. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC/SP, São Paulo.

_____. 1992a. Relatório Antropológico para Identificação da Área Indígena de Araponga. São Paulo: CTI/FUNAI.

_____. 1992b. Relatório Antropológico para Identificação da Área Indígena de Parati mirim. São Paulo: CTI/FUNAI.

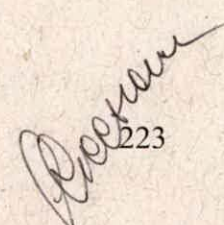
_____. FELIPIM, A. 2000. Apoio a Conservação Ambiental de Terras Guarani e às Atividades Tradicionais de Subsistência. Comunidades Tradicionais e Manejo dos elementos naturais da Mata Atlântica, São Paulo, v. 01.

_____. 2001. Espaço Geográfico Guarani Mbya: significado, constituição e uso. Tese de Doutorado em Geografia. São Paulo: USP/FFLCH. 235pp.

_____. 2004. Editorial: Terras indígenas e unidades de conservação na Mata Atlântica – áreas protegidas? In: Marandu, revista eletrônica do CTI, Ano I, n.2.

_____. & MATTA, P. (orgs.) 2004. Terras Guarani no Litoral. As matas que foram reservadas aos nossos antigos avós. Ka'agüy Oreramói kuéry ojou rive vaekue y. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista

_____. & WERA TUPA, L. 2004 Condições ambientais do território guarani: implicações no modo de vida. In: Tellus, ano 4, n. 6, p. 51-63, Campo Grande -MS


223

_____ & PIERRI, D. & SALLES, C. & CASTILLA, E. Atlas das Terras Guarani no Sul e Sudeste do Brasil 2015 Centro de Trabalho Indigenista & Comissão Guarani Yvyrupa, São Paulo, 2015

LINO, C.F., ALBUQUERQUE, J. L. 2007. Mosaico de Unidades de Conservação no corredor da Serra do Mar. Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Série 1 Conservação e Áreas Protegidas. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

LITTLE, P. 2002. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade In: Série Antropologia, nº322 Brasília: DAN-UNB, Brasília.

LOPES, J.F. 1850. Itinerário de... encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a Província de São Paulo e a de Matto Grosso pelo Baixo Paraguay. Revista Instituto Historico Geografico Brasileiro, Vol. 13, Rio de Janeiro.

MELIÀ, B. & GRÜNBERG, G. & GRÜNBERG, F. 1976. Los Pai-Taviterã: etnografía guarani del Paraguay contemporaneo. Assunción, Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica

_____ 1981. "El 'Modo de ser' Guarani en la primera documentación Jesuítica (1594-1639)". Revista de Antropologia. 24: 1-23.

_____ 1986. El Guaraní conquistado y reducido: Ensaio de Etnohistoria. Assunción: Universidad Católica (Biblioteca Paraguaya de Antropologia, 5).

_____ SAUL, M. & MURANO, V. 1987 O Guarani: uma bibliografia etnológica. Santo Ângelo, Fundação Missionária de Ensino Superior.

_____ 1990. "A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia". Revista de Antropologia 33: 33-46.

_____ 1991. El guaraní: experiência religiosa. Assunção : Ceaduc/Cepag.

_____ NAGEL, L. 1995. Guaraníes y jesuitas, en tiempo de las misiones: una bibliografía didáctica. Santo Ângelo: URI/ Assunção: Cepag.

_____ & GRÜNBERG, G. 2008. Guarani Retã 2008: Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. Editor Centro de Trabalho Indigenista/CTI, São Paulo.

MELLO, F. C. de. 2006. Aetchá Nhanderukuery Karai Retarã: Entre deuses e animais: Xamanismo, Parentesco e Transformação entre os Chiripá e Mbyá Guarani. Tese de doutorado. PPGAS/UFSC. Florianópolis.

_____. 2007. Mbyá e Chiripá: Identidades étnicas, etnônimos e autodenominações entre os Guarani do sul do Brasil Tellus, ano 7, n. 12, p. 49-65, Campo Grande – MS.

MENDES E. da Silva. 2007. Folhas ao vento a micromobilidade de grupos *Mbya* e *Nhandéva* (Guarani) na Tríplice Fronteira Tese de Doutorado. PPGAS-MN-UFRJ.

METRAUX, A. 1927 “Les Migrations Historiques des Tupi-Guarani”. Journal de la Société des Américanistes 19: 1-45.

_____. 1948 “The Guarani”, Handbook of South American Indians III, Washington.

MONTARDO, D. L. OLIVEIRA 2009. Através do Mbaraka. Musica, Dança e xamanismo guarani. Edusp, São Paulo.

MONTEIRO, J. M. 1992. “Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII”. In: M. Carneiro da Cunha (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP. Pp. 475-498.

MONTICELLI, G. 2007. O céu é o limite: como extrapolar as normas rígidas da cerâmica Guarani. Boletim do Museu Emilio Goeldi, Belém, v. 2, n. 1, p. 105-115.

MONTOYA, A.R. 1876. Gramática y Dicciónario de la Lengua Tupi Guarani, Viena/Paris.

MURA, F. & ALMEIDA R. F. T. DE, 2002. Relatório Antropológico de Revisão de Limites da Terra Indígena Porto Lindo (Jakarey). Terra Indígena Guarani-ÑandevaYvy Katu, Portaria Nº 724/PRES, FUNAI, Brasília.

_____. 2003. Levantamento Situacional sobre o Posto Indígena Dourados. Ministério Público Federal de Dourados-MS.

_____. 2006. À PROCURA DO “BOM VIVER” Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa – Tese de Doutorado- PPGAS-MN-UFRJ.

NIMUENDAJU, C. 1954 Apontamentos sobre os Guarani Revista do Museu Paulista, VIII: 9-57
_____. 1987. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani. São Paulo. HUCITEC/ Editora da Universidade de São Paulo.

_____. 2001. “Nimongarai” (Documenta). Mana: Estudos de Antropologia Social 7(2): 143-149.

NOELLI, F. 1993. Sem Tekohá não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí- RS. Dissertação de Mestrado. IFCH/PUCRS.

_____. 1996. “As hipóteses sobre o centro de origem e rota de expansão dos Tupi”. Revista de Antropologia 39 (2): 7-54.

_____. 2004. “La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraní (Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay). Tellus 4 (7): 15-36.

OLIVEIRA, S. NUNES de 2002. A arqueologia Guarani: construção e desconstrução da identidade indígena. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP)

PERASSO, J. A. & VERA, J. 1987. La Cultura Guarani em El Paraguai Contemporâneo (etnografia Ava-kue-Chiripa). Asunción– Paraguay, RP Ediciones.

PISSOLATO, E. 2007. A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani). São Paulo: Editora da Unesp/Rio de Janeiro: Nuti-Museu Nacional.

RICARDO, C.A. (org.) 2004. Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: O desafio das sobreposições. Instituto Socioambiental – ISA.

SAHLINS, M 1990. Ilhas de História. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

SCHADEN, E. 1974. Aspectos fundamentais da cultura guaraní. 3a edição. São Paulo: editora Pedagógica e Universitária Ltda. e Editora da Universidade de São Paulo.